

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	43
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	49
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	55
10.5 - Políticas contábeis críticas	60
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	79
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	80
10.8 - Plano de Negócios	81
10.9 - Outros fatores com influência relevante	83

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi aprovada pelo Comitê de Auditoria e Risco e pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 29 de outubro de 2018 e divulgada ao público, em consonância com a normativa CVM 552 e atualizações da Regulamentação do Novo Mercado. A política pode ser consultada no site da CVM (Sistema IPE) e no site de relações com investidores da Companhia (<http://ri.cogna.com.br/>).

O documento estabelece conceitos, abordagens, princípios, diretrizes e responsabilidades no processo de gestão de riscos da Cogna e suas subsidiárias, de forma a implantar na Companhia processo adequado de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos principais riscos capazes de impedir o atingimento de seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

A metodologia estabelecida pela Política de Gerenciamento de Riscos é orientada pelas melhores práticas do COSO-ERM (Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management Framework) e ISO31000/2018.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca se proteger dos riscos citados no item 4.1 e outros, classificados conforme sua natureza como estratégico, financeiro, operacional, regulatório ou cibernético. A forma de proteção mais adequada para cada um deles é executada no estabelecimento ação ideal após realização da Análise Geral de Riscos (AGR) e priorização destes riscos por meio de sua probabilidade de ocorrência e impacto potencial, dentre outros critérios.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

Os riscos aplicáveis à Companhia são avaliados e priorizados de acordo com sua probabilidade e impacto de sua eventual materialização, variáveis estas utilizadas no cálculo do valor absoluto da severidade de cada risco.

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos prevê que os instrumentos utilizados para proteção contra os riscos devem considerar a severidade calculada e o apetite da Companhia aos mesmos, sendo orientados à:

- **Evitar:** Implementar ações que elimine totalmente a fonte de um risco em função deste não fazer parte dos objetivos e estratégias da organização.
- **Mitigar:** Diminuir a exposição em função de estar acima do apetite/nível de tolerância (exposição inaceitável) ou riscos com exposição abaixo do apetite/nível de tolerância, mas que pode decisão gerencial serão objeto de mitigação.
- **Tolerar/Aceitar:** Manter o risco no nível de exposição em que está em função de estar dentro do grau de tolerância (exposição aceitável). Neste caso, a aceitação de riscos sem nenhuma resposta deverá ser validada pela Vice-Presidência responsável pelo risco e posteriormente pelo Comitê de Auditoria e Risco.
- **Explorar:** Aumentar o grau de exposição na medida em que este aumento possibilita vantagens competitivas para a Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Transferir: Repassar o risco para um terceiro mais bem preparado para lidar com ele (terceirização da atividade fonte do risco, contratação de seguros etc.).

(iii) A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Diretoria de Controles Internos, Auditoria Interna e Compliance atualmente é a consolidadora das informações relacionadas ao gerenciamento de Riscos na Companhia. Tal área, embora possua atividades relacionadas à controles internos e à auditoria interna, tem sua independência reforçada por meio de seu reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Risco e administrativo para alta Administração da Cogna (Diretoria Jurídica).

O Comitê de Auditoria e Risco, um dos comitês consultivos estabelecidos pelo Conselho com o objetivo de obter os elementos e subsídios necessários ao processo decisório do Conselho, atualmente é composto por três membros efetivos, que, dentre outras atribuições, assessora o Conselho de Administração em assuntos relacionados à auditoria, riscos, compliance e governança. Especificamente para a subsidiária Vasta, há uma estrutura de comitês e conselho específicos que são compostos por seis membros no Conselho de Administração e três membros no Comitê de Auditoria.

(c) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a estrutura e abordagem de riscos e controles internos estabelecida até a data referência do presente documento se mostrou eficaz no cumprimento das estratégias e objetivos estabelecidos pelo Comitê de Auditoria e Risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Em relação aos riscos indicados no item 4.2, informar:**

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Comitê de Auditoria e Conselho de Administração em 2018 e divulgada ao público, em consonância com a normativa CVM 552 e atualizações da Regulamentação do Novo Mercado. O documento estabelece conceitos, abordagens, princípios, diretrizes e responsabilidades no processo de gestão de riscos da Kroton e suas subsidiárias, de forma a implantar na Companhia processo adequado de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos principais riscos capazes de impedir o atingimento de seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

A metodologia estabelecida pela Política de Gestão de Riscos é orientada pelas melhores práticas do COSO-ERM (*Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management Framework*) e ISO31000/2018, e passou por processo de benchmarking junto à empresa "Big Four", que validou a estratégia adotada pela Companhia.

b) Objetivos e Estratégias da política de gerenciamento de riscos**i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Nós estamos expostos aos riscos gerais de mercado e adotamos planos de ação para tentar mitigá-los. Entre estes riscos estão (i) a inflação que pode afetar nossa estrutura de custos (preço de insumos para educação básica, aluguel de imóveis e salário de professores), (ii) as oscilações nas taxas de juros, que afetam diretamente o nosso ativo e passivo; e (iii) a perda de poder de compra do consumidor, que pode afetar nossos níveis de inadimplência, evasão e captação de novos alunos para o ensino superior. Não possuímos exposição cambial, já que nossas receitas e nossos custos diretos não são atreladas a moedas estrangeiras, bem como não contraímos dívidas em moeda estrangeira.

Em relação à inflação, nós temos conseguido administrar tais riscos com o reajuste anual médio de nossas mensalidades em linha com a inflação dos nossos principais custos, bem como do preço das coleções de educação básica.

Adicionalmente, monitoramos continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ainda, restringimos nossa exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando nossos investimentos em instituições financeiras de primeira linha.

ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial (*hedge*), pois os riscos de mercado a que estamos sujeitos, seja no ativo ou no passivo, não representam importância que justifique tais operações ou, ainda, uma estratégia de proteção patrimonial.

iii) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (*hedge*)

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivo de proteção patrimonial (*hedge*), pois os riscos de mercado a que estamos sujeitos, seja no ativo ou no passivo, não representam importância que justifique tais operações ou, ainda, uma estratégia de proteção patrimonial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Temos o acompanhamento rotineiro dos principais índices que medem a inflação no País e os confrontamos com os reajustes que realizamos em nossas mensalidades escolares, de modo a compensarmos os aumentos que temos em nossos custos.

Em relação às taxas de juros de mercado, também mantemos monitoramento rotineiro e contatos frequentes com instituições financeiras, permitindo que tomemos ações preventivas caso tenhamos uma majoração das taxas praticadas no mercado acima de percentuais que consideramos razoáveis para nosso negócio. As aplicações financeiras, de alta liquidez, são realizadas por meio de definição de estratégias conservadoras, visando principalmente rentabilidade e segurança. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Fundos de Investimentos administrados por bancos de primeira linha e compostos de, no mínimo, 55% de títulos públicos federais, Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras atrelados à variação do CDI (Certificado de Depósitos Interfinanceiros), com baixo risco e alta liquidez imediata.

Monitoramos constantemente nossa carteira de recebíveis e índice de inadimplência no pagamento das mensalidades escolares por nossos alunos e provisionamos as possíveis perdas em nossas demonstrações financeiras. Mantemos, ainda, ações de cobrança relativamente às mensalidades escolares em atraso por nossos alunos, iniciando-se por uma cobrança amigável no âmbito administrativo e podendo chegar até a cobrança judicial.

Adicionalmente, o nosso Comitê de Auditoria poderá acionar a nossa Diretoria na determinação de outros parâmetros do modelo de gestão de nossos riscos, conforme citado no item (vi) abaixo.

v) Indicar se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

À luz dos riscos de mercado enfrentados pela Companhia (principalmente endividamento e investimento), os critérios e riscos são analisados pela Diretoria Financeira e *CFO* e posteriormente apresentados e validados formalmente junto ao Comitê Financeiro e de Recursos Humanos.

A Diretoria de Controles Internos, Auditoria Interna e *Compliance* é a consolidadora das informações relacionadas ao gerenciamento de Riscos na Companhia. Tal área, embora possua atividades relacionadas à Controles Internos e também à auditoria interna, tem sua independência reforçada por meio de seu reporte funcional ao Comitê de Auditoria e administrativo para alta Administração da Kroton (Diretoria Jurídica).

O Comitê de Auditoria, um dos comitês consultivos estabelecidos pelo Conselho com o objetivo de obter os elementos e subsídios necessários ao processo decisório do Conselho, atualmente é composto por três membros efetivos, que, dentre outras atribuições, assessora o Conselho de Administração em assuntos relacionados à auditoria, riscos, *compliance* e governança.

c) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Entendemos que nossa estrutura operacional é adequada e coerente com nossas diretrizes estratégicas e com o nosso perfil de risco do negócio no que se refere aos riscos de mercado estabelecidos no item 4.2.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos e processos que visam fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade na preparação das Demonstrações financeiras e objetivam: a) a manutenção de registros que, de forma rigorosa e justa, registre as transações e disposições dos ativos e passivos da Companhia; b) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)); e c) o fornecimento de garantia razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.

Os Diretores da Companhia entendem, ainda, que os controles internos da Companhia são suficientes e pertinentes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que a Companhia opera. Adicionalmente, os Diretores da Companhia esclarecem que permanecem empenhados no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e aprimoramento dos controles internos.

Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos sobre as demonstrações contábeis podem não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, projeções de uma avaliação da eficácia do controle interno para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adesão às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

As práticas e controles adotados são gerenciados em conjuntos pelas áreas de Controles Internos, Auditoria Interna, Compliance, Contabilidade e Controladoria. A Diretoria de Controladoria é a área responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis e seguindo os procedimentos e controles internos estabelecidas pela Companhia. A Diretoria de Compliance é responsável por auxiliar a estabelecer e avaliar a aderência das áreas de negócio aos procedimentos definidos, com o objetivo de transparecer confiança nas informações contábeis registradas e apresentadas. A Diretoria de Compliance possui reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Risco independente e administrativo ao Diretor Jurídico da Companhia.

O Comitê de Auditoria e Risco tem o papel de fiscalizar a eficácia dos controles internos e é informado pela Diretoria de Compliance sobre o plano de auditoria (escopo, cronograma, metodologia), status, resultados e planos de ação determinados pelas áreas responsáveis no tocante a deficiências e melhorias de controles.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As deficiências de controles identificadas em trabalhos de auditoria (interna e externa) são consolidados pela Diretoria de Compliance e apresentados oportunamente ao Comitê de Auditoria e Risco, responsável pela supervisão do processo como um todo.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro do exercício da atividade de auditoria independente

Utilizamos as recomendações dos auditores independentes para elaboração dos planos de ação necessários para resolução das deficiências de controle identificadas.

Relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossos auditores destacaram as seguintes fragilidades no ambiente de controles:

- **Ausência de controles de tecnologia da informação:** deficiências na gestão de acessos dos usuários; completude e precisão dos relatórios utilizados (IPes) e controles gerais do ambiente de tecnologia - ITGC (Vasta | SOMOS e Cogna).
- **Ausência de controles formais no processo de consolidação e preparação e revisão das demonstrações financeiras:** deficiências na revisão e formalização de controles, preparação das demonstrações financeiras e notas explicativas (Vasta | SOMOS e Cogna)
- **Ausência de política e controles formais para registro da provisão de devoluções de mercadorias e reconhecimento de corte das vendas (cut-off da receita que considerem):** i) identificação e registro dos efeitos decorrentes do direito de regresso de seus clientes e do corte de vendas efetuadas próximas ao encerramento do período contábil para o qual nem todas as obrigações de desempenho, em particular a entrega da mercadoria ao cliente final, tenham sido cumpridas; e ii) mensuração da provisão para devolução de mercadorias e iii) controles formais implementados para acompanhar as documentações comprobatórias da data da entrega aos clientes (Vasta | SOMOS)
- **Ausência de controles no cálculo do impairment:** recomendação para revisão das políticas internas que determinam os dados e premissas que são utilizados na elaboração dos testes de impairment das unidades geradoras de caixa. (Cogna)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Diretoria de Controles Internos, Auditoria e Compliance (DCAC) tem o papel de estabelecer mecanismos e procedimentos orientados a prevenir, detectar e sanar eventuais irregularidades praticadas no âmbito de atuação da Companhia, inclusive envolvendo a administração pública. Contamos com uma área dedicada ao programa de integridade, contemplando o código de conduta, treinamentos, pílulas de conhecimento e políticas e procedimentos.

Para endereçar os riscos oriundos das interações com agentes públicos, a Cogna formalizou em 2014 seu Manual Sobre a Lei Anticorrupção, documento aplicável a todos os colaboradores, membros do Conselho, diretores e terceiros que atuam em nome da Companhia, no qual são estabelecidas diretrizes e orientações relacionadas ao tema. O Manual Anticorrupção foi revisado em 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração.

A prevenção se dá principalmente por meio de treinamentos e comunicados relacionados ao Manual.

A DCAC atua proativamente na detecção de eventuais irregularidades por meio de auditorias internas e revisões de processos com foco em controles internos, realizadas no decorrer do ano com suas prioridades determinadas por metodologia própria validada pelo Comitê de Auditoria e Risco. Ambas abordagens permitem, por meio de testes de controles e testes substantivos, identificar eventuais não conformidades que possam impactar a administração pública. A detecção também pode se dar de forma reativa por meio de relato recebido via nosso Canal Confidencial Cogna (<https://canalconfidencial.com.br/cogna>) e posterior investigação.

Com o objetivo de sanar as não conformidades identificadas nesses trabalhos, são gerados planos de ações orientados a remediar deficiências processuais que permitiram a não conformidade (causa raiz).

Os resultados dos trabalhos são apresentados oportunamente ao Comitê de Auditoria e Risco, que pode sugerir reavaliações a adaptação de práticas e metodologias adotadas.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A DCAC tem o papel de estabelecer mecanismos e procedimentos orientados a prevenir, detectar e sanar eventuais irregularidades praticadas no âmbito de atuação da Companhia, inclusive envolvendo a administração pública. A DCAC atua por meio de suas 3 células:

- Gestão de Riscos e Controles Internos: é responsável por atuar como facilitadora na identificação e gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta e estabelecer, em conjunto com as áreas de negócios, ações de remediação para mitigá-los.
- Compliance: responsável pela validação das políticas e procedimentos da Companhia, bem como por identificar eventuais descumprimentos. Também realiza a gestão do Canal Confidencial Cogna (CCC), apurando e direcionando relatos conforme necessidade. Além disso, é

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

responsável, em conjunto com o RH, a realização de treinamentos de divulgação das melhores práticas preconizadas pela Companhia.

- Auditoria Interna: fornece avaliação independente sobre todos os processos da Companhia.

A Diretoria de Controles, Auditoria e Compliance (DCAC) tem sua independência garantida por meio de seu reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Risco Independente, órgão para o qual os trabalhos e fragilidades identificadas no decorrer das atividades são reportados oportunamente.

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta Cogna tem como objetivo nortear e deixar explícitos os comportamentos considerados aceitáveis ou repudiados pela Companhia. O documento considera a opinião de diversas áreas da Companhia que, alinhadas a nossa Missão, Visão e Valores, se empenharam em classificar as ações consideradas adequadas para o bom funcionamento dos processos da Companhia. O curso sobre o Código de Conduta Cogna disponível na Universidade Cogna é obrigatório para todos colaboradores, sendo realizado na etapa de integração para todos os colaboradores recém-admitidos.

O Código de Conduta Cogna se aplica a todos os colaboradores – administrativos e docentes – e administradores da Cogna, bem como a parceiros de negócios atuando em nome da Companhia, em suas relações com colegas, membros de suas equipes, empresa, fornecedores, acionistas, governo e outros parceiros de negócios.

- Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Os colaboradores e Diretores da Cogna e suas empresas são treinados quanto as diretrizes do nosso Código de Conduta ao serem admitidos. O treinamento sobre o Código de Conduta faz parte da Trilha “Conhecendo a Cogna” da Universidade Cogna (UC). Essa trilha é obrigatória e um dos critérios para promoções dos colaboradores. O treinamento sobre o Manual Anticorrupção (Lei 12.846) também faz parte desta Trilha.

- As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Qualquer colaborador, em qualquer nível da Companhia, que violar o Código, bem como leis e regulamentação aplicáveis, está sujeito a ações disciplinares, incluindo demissão por justa causa. Violações que podem implicar ações disciplinares incluem:

- o Violar direta ou indiretamente o Código, leis, regulamentações ou políticas da Companhia.
- o Orientar ou apoiar outros na violação do Código, leis, regulamentações ou políticas da Companhia.
- o Omitir-se na pronta apresentação de uma violação conhecida ou suspeita do Código, leis, regulamentações ou políticas da Companhia aos canais competentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- o Não cooperar com a Companhia nas investigações de denúncias relacionadas às violações.

- o Retaliar um colaborador por ter reportado uma potencial violação ou mesmo por ter colaborado em uma investigação.

- o Ter proporcionado as condições para a violação ao omitir-se na comunicação e/ou supervisão da conduta da equipe pela qual é responsável.

- Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta Cogna está vigente e foi aprovado pela Presidência em 2016, ano de divulgação da sua última versão.

Atualmente, após a aquisição da Somos Educação, o documento está em processo de unificação e revisão, sendo que a nova versão do Código de Conduta será submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme exigência do Regulamento do Novo Mercado e diretriz da instrução CVM 586/2017.

O Código de Conduta Cogna está disponível nos sites institucional e de relações com investidores da Companhia (www.cogna.com.br e ri.cogna.com.br).

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Cogna possui o Canal Confidencial Cogna (CCC), sob gestão da Diretoria de Controles, Auditoria e Compliance (DCAC). Este canal deve ser utilizado para reportar as situações nas quais os valores e princípios éticos da Companhia estejam sendo violados ou colocados em risco.

- Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal está disponível nos sites da Cogna e suas subsidiárias (Kroton, Platos, Saber e Vasta/Somos), RI e no portal de comunicação interna (Workplace).

- Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Ao inserir um novo relato no CCC, o denunciante tem a opção de se identificar ou manter o anonimato. O CCC, por permitir o anonimato do relator, não viabiliza a identificação de quais denúncias tiveram sua origem interna e/ou externamente. Este canal tem como princípio a confidencialidade de informações. Todas as situações reportadas ao CCC são tratadas com total seriedade, sigilo, imparcialidade e independência. Caso o denunciante se identifique, ele terá a sua identidade preservada durante todo o processo de investigação.

- Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Diretoria de Controles, Auditoria e Compliance é a área responsável pela apuração das denúncias, sendo os resultados desses trabalhos de investigação e auditoria apresentados trimestralmente ao Comitê de Auditoria e Risco.

Quando constatada a procedência do relato mediante entendimento dos fatos e das fragilidades processuais que causaram a ocorrência, são definidas, em conjunto entre as áreas de Compliance, RH e Jurídico, medidas administrativas/disciplinares aplicáveis aos envolvidos e ações necessárias para evitar a recorrência das mesmas (Áreas de Controles, Auditoria e Compliance junto com as áreas de negócios envolvidas).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Administração da Companhia realiza análises e avaliações detalhadas (Due Diligence) de informações financeiras, contábeis, fiscais, previdenciárias, imobiliárias e legais previamente antes de processos de fusões, aquisições e estruturas societárias.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, já que a Companhia adota os mecanismos mencionados anteriormente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, em função das alterações na legislação de Proteção de Dados, a Companhia continua trabalhando em uma série ações que visam mitigar os riscos Cibernéticos relacionados ao tratamento, exposição de dados pessoais e quaisquer outros riscos que possam impactar significativamente as Demonstrações Financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 - Outras informações relevantes**

A Companhia entende que a estrutura e abordagem de riscos e controles internos estabelecida até a data referência do presente documento se mostrou eficaz no cumprimento das estratégias e objetivos estabelecidos pelo Comitê de Auditoria e Risco.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação do ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado em contrário.

Todas as informações apresentadas neste item 10.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Considerando a reestruturação dos negócios ocorrida no 1º trimestre de 2020, a Companhia passou a possuir 5 segmentos operacionais, sendo: Kroton (B2C de ensino superior), Platos (B2B de ensino superior), Saber (B2C de educação básica), Vasta (B2B de educação básica) e outros negócios (PNLD, LFG, livros vendidos e cursos livre e preparatórios).

No Segmento Kroton, a Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com 804.144 alunos, sendo 617.502 matriculados em ensino digital e 186.642 matriculados em ensino presencial. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o segmento contava com 770.066 alunos, sendo 540.626 matriculados em ensino digital e 229.440 matriculados em ensino presencial. Considerando o total de alunos do segmento, obtivemos um aumento de 4,4%. A redução na base de ensino presencial foi compensada pela expansão da base do ensino digital, evidenciando o foco na digitalização do ensino superior. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a redução na base de alunos refletiu a evasão típica dos trimestres pares

Em decorrência dos fatores descritos acima, a receita líquida de ensino digital obteve R\$ 1.180,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, e R\$ 1.047,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 12,6%.

Com relação ao ensino presencial, nossa receita líquida totalizou R\$ 1.952,5 milhões em 31 de dezembro de 2021, queda de 24,6% frente aos R\$ 2.588,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2020.

Dessa forma, no ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossa receita líquida Kroton atingiu R\$ 3.132,6 milhões, comparado a R\$ 3.636,1 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2020, queda de 13,8%.

No Segmento Platos, a Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com 57.009 alunos, sendo 56.400 matriculados em ensino digital e 609 matriculados em ensino presencial. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o segmento contava com 48.099 alunos, sendo 44.317 matriculados em ensino digital e 3.782 matriculados em ensino presencial. Considerando o total de alunos do segmento, obtivemos um aumento de 18,5% comparado com o exercício anterior.

Em decorrência dos fatores descritos acima, a receita líquida do segmento obteve R\$ 96,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, e R\$ 91,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 6%.

No Segmento Saber, a Companhia conta, na Educação Básica, com 115 unidades do Red Balloon e 4.508 escolas associadas em todo o território nacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em dezembro de 2020, em virtude dos processos de negociação da operação de escolas com a Editora Eleva, e em atendimento ao CPC 31, houve a reclassificação dos saldos contábeis para a linha de "resultado das operações descontinuadas". Assim sendo, o saldo apresentado é relativo a operação de cursos de idiomas. Em decorrência dos fatores descritos, a receita líquida do segmento obteve R\$ 46,5 milhões em 31 de dezembro de 2021, e R\$ 53,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 12,3%.

No Segmento Vasta, a Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com uma base de alunos em escolas parceiras de 1.643.093 alunos, sendo 1.335.152 com conteúdo principal e 307.941 com conteúdo complementar. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o segmento contava com uma base de alunos em escolas parceiras de 1.524.205 alunos, sendo 1.311.147 com conteúdo principal e 213.058 com conteúdo complementar. Considerando o total de alunos em escolas parceiras do segmento, obtivemos um aumento de 7,8% comparado com o exercício anterior.

A receita líquida do segmento foi de R\$ 947,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, e R\$ 997,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 5%.

No Segmento Outros negócios, a Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com receita líquida no segmento de R\$ 554,9 milhões, e R\$ 491,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 13%. Os resultados da divisão de outros negócios foram superiores frente ao ano de 2020, principalmente pelo desempenho do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e redução de despesas operacionais e PCLD.

Indicadores Financeiros

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, nossa receita líquida atingiu o montante de R\$ 4.778,1 milhões, queda de R\$ 491,1 milhões em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ou 9,3% na comparação anual, e refletindo a mudança de mix, com maior participação do ensino híbrido/digital no ensino superior, em linha com o direcional estratégico de explorar o ensino digital como uma das avenidas de crescimento, cujo ticket médio é menor. Por sua vez, nosso prejuízo foi de R\$ 513,0 mil, R\$ 5.292,8 milhões melhor que 2020, refletindo a melhora dos resultados operacionais, dos indicadores de inadimplência, além do ano de 2020 ter sido fortemente impactado por provisões de impairment que não ocorreram no mesmo montante em 2021. Em 2021, a melhora na inadimplência refletiu em uma menor provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) no ensino superior pagante e nos produtos de parcelamento (PEP/PMT) comparado ao ano de 2020 que tivemos um ajuste extraordinário nesta linha.

No contexto do CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Cogna assinou, por meio de sua controlada Saber, e em conjunto à empresa Eleva Educação S.A ("Eleva"), um contrato de compra e venda de ações, pelo qual pactuou a venda da totalidade das ações de emissão da Somos Operações Escolares "SOE", responsável atualmente por toda operação de escolas próprias do Grupo Cogna ("Saber Escolas"). Adicionalmente e conforme apresentado na nota explicativa 1 das Demonstrações Financeiras, em 29 de outubro de 2021, a Companhia através de suas controladas Somos Sistemas e Saber, realizou o fechamento da Transação Sistemas e da Transação Escolas, em conjunto a Eleva.

Considerando a Transação Sistemas, o preço base do sistema de ensino considerado em 2021 (a ser apurado em 2022), foi de R\$ 611.554, sendo que desse montante, (i) R\$ 160.000 foi pago na data de publicação do Fato Relevante, e as demais parcelas serão pagas em três parcelas iguais e anuais de R\$ 150.518, sendo a primeira com vencimento para 29 de outubro de 2024.

Com relação a Transação de Escolas, foi avaliado um preço de venda estimado no montante de R\$717.177, com base nos resultados da SOE ao longo do exercício de 2021. O preço de venda das escolas pode ser positivamente impactado conforme resultados de 2022 a ser apurados no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ano de 2023, sendo que o valor registrado nas Demonstrações Financeiras já é o mínimo previsto contratualmente. Desse montante, (i) R\$183.094 foram recebidos na data de emissão do Fato Relevante, (ii) R\$ 440.000 serão pagos em parcelas ao longo de 5 anos, e (iii) o restante será integralmente recebido em caixa pela Saber até junho de 2022.

Se faz importante ressaltar que os pagamentos a serem efetuados à Editora Eleva pela Transação Sistemas estão inteiramente condicionados aos recebimentos de parcelas em decorrência da Transação Escolas.

Assim sendo, temos o seguinte fluxo de pagamentos e recebimentos:

<u>A RECEBER PELA VENDA DAS ESCOLAS</u>			<u>A PAGAR PELA COMPRA DO SISTEMA ELEVA</u>		
	<u>Data</u>	<u>Valor</u>		<u>Data</u>	<u>Valor</u>
Preço total:	29/10/2021	717.177	Preço total:	29/10/2021	611.554
Parcela a Vista:	29/10/2021	183.094	Parcela a Vista:	29/10/2021	160.000
1ª Parcela	29/10/2022	10.000	3ª Parcela	29/10/2024	150.518
2ª Parcela	29/10/2023	10.000	4ª Parcela	29/10/2025	150.518
3ª Parcela (i)	29/10/2024	145.000	5ª Parcela	29/10/2026	150.518
4ª Parcela (i)	29/10/2025	145.000			
5ª Parcela (i)	29/10/2026	130.000			
Parcela Adicional:	15/06/2022	94.083			

- (i) Conforme mencionado anteriormente, as Transações ocorridas com a Editora Eleva ("Transação Escolas" e "Transação Sistemas") são garantidas entre as partes, de forma que a Companhia procedeu com a compensação dos valores relativos as 3 últimas parcelas a receber na Transação Escolas, e que foram descontadas dos saldos a pagar a Editora Eleva na Transação Sistemas, totalizando o montante de R\$ 420.000. Assim sendo, os valores apresentados nas rubricas de "contas a receber na venda de controladas", no ativo, e "contas a pagar – aquisições", no passivo, já se encontram líquidos dessa respectiva compensação.

Considerando o contexto da operação apresentada anteriormente a Companhia, durante o ano de 2020, reclassificou os saldos constantes no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo de Resultado da operação de escolas para a rubrica de "ativos mantidos para venda" e "passivos mantidos para venda" (no Patrimônio), e "operações descontinuadas" (no Resultado), conforme orienta o referido CPC 31. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando os impactos da baixa dessas operações, não existem saldos patrimoniais a ser destacados nessas rubricas.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, nossa receita líquida atingiu o montante de R\$ 5.269,1 milhões, queda de R\$ 1.086,0 milhões em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ou 17,1% na comparação anual, devido ao impacto esperado da última grande safra de formaturas de alunos FIES e também em virtude da pandemia. Por sua vez, nosso prejuízo foi de R\$ 5.805,8 milhões queda de R\$ 6.041,1 milhões. Conforme comunicado ao mercado durante o Follow-on realizado em fevereiro, este efeito traria uma pressão nas margens operacionais do negócio e redução na base de alunos, que seria apenas parcialmente atenuado pela então potencial continuidade do crescimento de receita de captação e pela maturação das novas unidades (greenfields). Além dos efeitos do FIES, o exercício de 2020 foi também impactado pela pandemia da COVID-19 com (i) redução no volume da captação de alunos do ensino presencial (parcialmente compensado pela recuperação de ticket dos calouros) e, (ii) o aumento nos índices de inadimplência futuros (ainda que o recebimento de mensalidades tenha sido apenas marginalmente impactado até o momento, e considerando nossa melhor estimativa com base nas informações disponíveis, aumentamos significativamente o volume de provisões para perdas). É importante observar que a estrutura de custos e despesas foi readequada durante o exercício para fazer frente a tais efeitos, contudo, não foi possível mitigar todo o impacto, o que deixou o resultado da Kroton muito aquém do seu histórico recente e de seu potencial. Algumas das medidas emergenciais tomadas no âmbito do nosso plano de reação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a COVID-19 têm trazido grande economia que já pôde ser observada durante os últimos trimestres. Durante o último trimestre do ano, a Kroton concluiu o estudo de viabilidade de suas unidades e iniciou o projeto de reestruturação ("Turnaround Kroton"), resultando em reconhecimento de despesas no montante de R\$ 318.621, principalmente relacionadas a baixas de benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e multas contratuais previstas quando do cancelamento antecipado dos contratos de locação. Em consequência deste movimento, e ainda durante o último trimestre do ano, a Companhia revisou suas estimativas de realização dos ativos no modelo de longo prazo, o que ocasionou em reconhecimento de perda ao valor recuperável no montante de R\$ 4.126.163 (considerando as operações continuadas e descontinuadas).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, nossa receita líquida atingiu o montante de R\$ 6.355,2 milhões, aumento de R\$ 294,5 milhões, ou 4,9% na comparação anual. Por sua vez, o lucro líquido totalizou R\$ 242,6 milhões, redução de R\$ 1.150,3 milhões, ou 82,6%, refletindo: (i) o maior volume de despesas financeiras em razão da dívida contraída para a aquisição da Somos, (ii) o aumento dos níveis de amortização do ágio derivado das aquisições ocorridas em 2018, especialmente Somos; e (iii) menor resultado operacional observado no Ensino Superior, decorrente da redução da base de alunos em razão do aumento de formaturas e da evasão dos alunos em comparação ao mesmo período do ano passado, fruto da manutenção do alto nível de desemprego e também da lenta recuperação econômica.

O caixa e equivalentes de caixa somados com os títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo totalizou R\$ 4.040,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 comparado a R\$ 4.196,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de R\$ 155,9 milhões, ou 3,7%.

O caixa e equivalentes de caixa somados com os títulos e valores mobiliários de curto e longo prazo totalizou R\$ 4.196,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 comparado a R\$ 843,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de R\$ 3.353,7 milhões, ou 397,8%, esse aumento se deve principalmente pelo Follow on que ocorreu em fevereiro de 2020 e também pelo IPO da Vasta.

A nossa administração analisa os índices de liquidez corrente e de endividamento a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Demonstramos no quadro a seguir o índice de liquidez, índice de endividamento, percentual do retorno sobre os ativos e patrimônio em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Ativo Circulante	6.967,9	6.869,5	4.478,5
Passivo Circulante	4.088,0	3.772,0	2.750,6
Índice de liquidez corrente	1,7x	1,8x	1,6x
Passivo Circulante + Passivo não Circulante	14.742,2	16.498,6	18.283,2
Ativo Total	28.512,9	30.783,8	34.118,4
Índice de endividamento	0,5x	0,5x	0,5x
Lucro Líquido	(513,0)	(5.805,8)	242,6
Ativo Total	28.512,9	30.783,8	34.118,4
Retorno sobre os ativos	-1,8%	-18,9%	0,7%
Lucro Líquido	(513,0)	(5.805,8)	242,6
Patrimônio Líquido	13.770,7	14.285,2	15.835,3
Retorno sobre o patrimônio líquido	-3,7%	-40,6%	1,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No comparativo entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Índice de liquidez corrente diminuiu de 1,8x para 1,7x impactado por um aumento marginal observado nas contas a pagar a fornecedores, principalmente na aquisição de ativos. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e títulos e valores mobiliários foi impactado pelo Follow on que ocorreu em fevereiro de 2020 e também pelo IPO da Vasta. No comparativo entre 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Índice de liquidez corrente aumentou de 1,6x para 1,8x. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e títulos e valores mobiliários apresentava um elevado saldo devido à Companhia ter realizado a captação de recursos e, naquele momento, ainda não ter pago os valores da aquisição.

Já o índice de endividamento foi mantido em 0,5x entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Nosso retorno sobre os ativos passou de 0,7% em 31 de dezembro de 2019 para -18,9% em 31 de dezembro de 2020, em função da queda no exercício social findo em 2020, pois os ativos mantiveram-se em linha comparado com o exercício de 2019. Anteriormente, havia passado de 4,4% em 31 de dezembro de 2018 para 0,7% em 31 de dezembro de 2019, em função do aumento no ativo total, principalmente relacionado aos ativos da Somos e demais aquisições, além da queda no resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Considerando o retorno sobre o patrimônio líquido, obtivemos -3,7% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e -40,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A melhora no índice está relacionada a queda observada no prejuízo entre os exercícios.

(b) Estrutura de Capital

Os nossos Diretores acreditam que nossa estrutura de capital é adequada para suprir as nossas necessidades, uma vez que apresentamos aumentos na geração de caixa e em Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, o Patrimônio Líquido teve redução de 3,6% passando de R\$ 14.285,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 13.770,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, devido ao prejuízo do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio Líquido teve redução de 9,8% passando de R\$ 15.835,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 14.285,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, devido ao prejuízo do exercício, acrescido do aumento de capital em virtude do Follow on realizado.

A seguir apresentamos as movimentações ao endividamento financeiro líquido para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(em R\$ milhares)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Empréstimos e Financiamentos e Debentures - Circulante	2.120,6	2.049,0	579,5
Empréstimos e Financiamentos e Debentures - Não Circulante	4.745,8	5.172,2	7.505,0
Dívida Bruta	6.866,4	7.221,2	8.084,6
Caixa e equivalentes de caixa	(1.601,5)	(2.205,3)	(371,7)
Títulos e valores mobiliários	(2.439,4)	(1.991,5)	(471,4)
Disponibilidades	(4.040,9)	(4.196,8)	(843,1)
Dívida (Caixa) Líquida	2.825,5	3.024,4	7.241,5

Em 31 de dezembro de 2021, nosso endividamento financeiro líquido, calculado pela soma dos empréstimos e financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários, resultou

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em uma dívida líquida de R\$ 2.825,5 milhões comparado a uma dívida líquida de R\$ 3.024,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. A variação observada entre os exercícios está atrelada a melhor geração de caixa no ano de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, nosso endividamento financeiro líquido, calculado pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários, resultou em uma dívida líquida de R\$ 3.024,4 milhões comparado a uma dívida líquida de R\$ 7.241,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, a variação é consequência principalmente do caixa onde em 2019 foi utilizado na compra do Grupo Somos.

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital, separando em dois elementos fundamentais (i) capital de terceiros; e (ii) capital próprio. Consequentemente, temos uma análise de capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo, bem como da principal fonte de capital da Companhia.

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de Terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante)	14.742,2	16.498,6	18.283,1
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	13.770,7	14.285,2	15.835,3
Capital Total (Terceiros + Próprio)	28.512,9	30.783,8	34.118,4
Capital de Terceiros / Capital Total	51,70%	53,60%	53,60%
Capital Próprio / Capital Total	48,30%	46,40%	46,40%

Capital Próprio

O Patrimônio Líquido registrou R\$ 13.770,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, R\$ 14.285,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 15.835,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Além disso, a relação do capital próprio frente a nossa estrutura de capital foi de 48,3% em 31 de dezembro de 2021, 46,4% em 31 de dezembro de 2020 e 46,4% em 31 de dezembro de 2019.

Capital de Terceiros

O nosso capital de terceiros é constituído por empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes) no montante de R\$ 6.866,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 7.221,2 milhões em 31 de dezembro de 2020), e também por demais passivos no valor de R\$ 7.875,8 milhões (R\$ 9.277,4 milhões em 31 de dezembro de 2020), totalizando R\$ 14.701,1 milhões em 2021 (R\$ 16.498,6 milhões em 31 de dezembro de 2020). Se comparados os valores de 31 de dezembro de 2021 com 31 de dezembro de 2020, houve uma queda de 3,8%, principalmente, em consequência da queda do saldo de debêntures R\$ 6.865,5 milhões em 2021 (R\$ 7.220,2 milhões em 2020) ocasionado pelos pagamentos de saldos principais realizados em 2021, em contrapartida as captações efetuadas. Adicionalmente, com relação aos demais passivos a queda observada está substancialmente impactada pela baixa dos passivos relacionados a operação de escolas do Grupo Cogna, envolvidas nas transações com a Eleva, conforme mencionado anteriormente.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos exercícios sociais, suprimos as nossas necessidades de recursos basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e recursos de terceiros. Considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, os nossos Diretores acreditam que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso os nossos Diretores entendam ser necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades, englobando investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los a taxas de juros razoáveis.

Ademais, faz-se necessário destacar que a Companhia realizou a emissão de R\$ 1.900.000 (um bilhão e novecentos milhões de reais) em debêntures no ano de 2021 com o objetivo de reforçar o capital de giro e alongar seu passivo financeiro.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Empréstimos e Financiamentos e Debentures - Circulante	2.120,6	2.049,0	579,6
Empréstimos e Financiamentos e Debentures - Não Circulante	4.745,8	5.172,2	7.505,0
Endividamento Bruto	6.866,4	7.221,2	8.084,6
Endividamento Circulante / Total	30,90%	28,40%	7,20%
Endividamento Não Circulante / Total	69,10%	71,60%	92,80%

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nossos Diretores acreditam que estamos em uma situação confortável em relação as nossas fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, tendo em vista principalmente: (i) nossa capacidade de geração de caixa; (ii) a possibilidade de captação proveniente da emissão de ações; e (iii) a possibilidade de novas captações de recursos de terceiros.

A nossa fonte para capital de giro é fundamentalmente proveniente da geração própria de caixa e, eventualmente, da captação de recursos de terceiros.

Com relação a financiamento de investimentos em ativos não circulantes, os nossos Diretores acreditam que aplicaram e continuam aplicando as melhores opções para a análise da viabilidade entre a captação de recursos de terceiros ou da utilização de capital próprio. A métrica utilizada para a tomada de decisão envolve a correlação entre as taxas de mercado e a rentabilidade do capital próprio.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo.

Caso a capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, nossos Diretores acreditam que conseguiremos saná-las com novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, buscamos analisar as opções disponíveis no momento, dependendo das contratações de mercado, almejando sempre o melhor prazo médio e os menores custos financeiros.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nossos Diretores acreditam que nosso nível de endividamento vem se mantendo em um patamar condizente com nosso fluxo de caixa, sabendo-se que o nosso endividamento é composto principalmente por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras de longo prazo, e visa assegurar recursos suficientes para fazer frente ao nosso ciclo operacional e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de investimentos em nossos segmentos de atuação em Educação Básica, Ensino Superior EAD e Ensino Superior Presencial.

Quando recorremos a instituições bancárias, contratamos linhas perante as principais instituições financeiras do país, por meio de cédulas de crédito bancário, contas garantidas, arrendamento mercantil, fiança bancária, com taxas condizentes para empresas do nosso porte.

As principais garantias que oferecemos para a captação de linhas de financiamento são: contratação de fiança bancária, cessão fiduciária de aplicações financeiras e alienação fiduciária de participações societárias.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada, o saldo devedor, o vencimento e outras garantias de nossos contratos financeiros referentes aos períodos indicados.

(Em R\$ milhões)						Em 31 de dezembro de		
Empresa	Banco	Contrato	Valor do contrato	Vencimento	Taxa de juros	2021	2020	2019
Editora e Distribuidora Educacional S/A	DTVM OLIVEIRA TRUST	4a emissão Debentures série única – 27/08/2018	220	15 de agosto de 2021	CDI + 1,00% a.a. até Ago.19 - CDI + 0,80% de Ago.19 até vencimento	225,6	221,4	223,9
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	1a emissão Debentures série única – 15/04/2019	800	15 de abril de 2024	CDI + 0,65% a.a.	210,0	802,7	807,2
Cogna Educação S.A	Banco Santander S.A	6ª emissão Debentures série única – 20/05/2020	500	20 de maio de 2023	CDI + 1,00% a.a.	502,4	499,9	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	2a emissão Debentures 1ª série – 15/08/2018	1129	15 de agosto de 2021	CDI + 0,75% a.a.	-	985,6	1.152,2
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	2a emissão Debentures 2ª série – 15/08/2018	4264	15 de agosto 2023	CDI + 1,00% a.a.	3.770,1	3.717,4	4.348,8
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	2a emissão Debentures 3ª série – 15/08/2018	106	15 de agosto 2025	IPCA + 6,7234% a.a.	130,2	117,9	112,8
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	3a e 4a emissão Debentures 1ª e 2ª séries e série única – 15/08/2018	1600	15 de agosto de 2022	CDI + 0,90% a.a. e CDI + 1,70% a.a.	88,7	875,1	1.322,7
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	8a emissão Debentures série única – 25/10/2017	100	25 de outubro de 2020	CDI + 1,00% a.a.	-	-	116,3
Centro de Educação Integrada	Banco do Nordeste	CCG	4	N.A.	9,4% a.a.	-	0,2	0,7
Mind Makers	BDMG	CAPITAL DE GIRO	1	07 de maio de 2025	TJLP	0,9	1,0	-
Cogna Educação S.A	Banco Santander S.A	7a emissão Debentures 1ª e 2ª séries – 20/08/2021	900	20 de agosto de 2024 e 20 de agosto de 2026	CDI + 2,60% a.a. e CDI + 2,95% a.a.	924,0	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Anhanguera Educacional Participações S.A.	Banco Bradesco S.A.	1a emissão- 25/11/2021	500	25 de novembro de 2026	CDI + 2,95% a.a.	499,7	-	-
Vasta Platform Limited	UBS Banco do Brasil	1a emissão Debêntures série única 10/08/2021	500	05 de agosto de 2023	CDI + 2,30% a.a.	514,8	-	-
TOTAL						6.866,4	7.221,2	8.084,6
<i>Parcela circulante</i>						<i>2.120,6</i>	<i>2.049,0</i>	<i>579,6</i>
<i>Parcela não circulante</i>						<i>4.745,8</i>	<i>5.172,2</i>	<i>7.505,0</i>

A seguir apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2021.

- Em 27 de agosto de 2018, através da Somos, foi realizada a Primeira Emissão de Debêntures da Saraiva Educação, em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no total de 2.200 ao Preço Unitário de R\$ 100. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para alongar o perfil de endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar seu caixa consolidado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as debentures foram transferidas para a controlada EDE.
- Em 15 de abril de 2019 a Controladora realizou sua primeira emissão de debêntures simples, realizada em série única. Foram subscritas 80.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada uma, totalizando R\$ 800.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações. As debêntures não possuem cláusula de repactuação. As debêntures terão prazo de 5 anos, sendo o vencimento final em 15 de abril de 2024. O pagamento de principal ocorrerá em uma única parcela e os juros devidos, calculados até as datas, ocorrem semestralmente (abril e outubro).
- A Companhia, por meio da controlada Saber, na data da aquisição da Somos em 11 de outubro de 2018, passou a consolidar nos demonstrativos financeiros, todos e quaisquer direitos e obrigações assumidos pela Somos no âmbito (a) da 1ª Emissão Somos, bem como, em contrapartida, o recebimento, pela Saber, das Debêntures Privadas 1ª Emissão Somos Sistemas, passando a Saber a ser a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas 1ª Emissão Somos Sistemas, no valor de R\$ 800.000; e (b) da 2ª Emissão Somos, bem como, em contrapartida, o recebimento pela Saber, das Debêntures Privadas da 2ª Emissão Somos Sistemas, passando a Saber a ser a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas da 2ª Emissão Somos Sistemas no valor de R\$ 800.000; e (ii) a assunção, pela Saber, de todos e quaisquer direitos e obrigações assumidos pela Scipione no âmbito da 3ª Emissão Scipione, bem como, em contrapartida, a emissão, pela Scipione em favor da Saber, das Debêntures Privadas 1ª Emissão Scipione, de modo que a Saber será a única credora (debenturista) das Debêntures Privadas 1ª Emissão Scipione no valor de R\$ 100.000. A Saber assumirá os direitos e obrigações de emissora decorrentes das Debêntures 1ª Emissão Somos, das Debêntures 2ª Emissão Somos e das Debêntures 3ª Emissão Scipione na forma de suas 2ª (segunda), 3ª (terceira) e 4ª (quarta) emissões públicas de debêntures, respectivamente. A Controladora, conforme fato relevante publicado ao mercado em 22 de novembro de 2019, assumiu todos e quaisquer ônus relativos as debêntures que haviam sido emitidas pela controlada Saber, sendo que, a partir deste momento, a Cogna se tornou a debenturista ao mercado. Em contrapartida a este movimento, a Controlada Saber emitiu debêntures privadas com o intuito de quitação da dívida junto a Controladora.
- Em 20 de maio de 2020, a Companhia através da controladora Cogna realizou nova emissão de debentures simples, em série única. Foram subscritas 500.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando R\$ 500.000. As debêntures terão vencimento final em 2023, sendo que o pagamento de principal ocorrerá somente neste

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vencimento, e os juros devidos calculados até a data, serão pagos semestralmente nos meses de maio e novembro.

- A controlada Saber emitiu 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, totalizando R\$ 5.500.000, sendo: (i) 112.966 Debêntures da 1ª série no valor total de R\$ 1.129.660; (ii) 426.434 Debêntures da 2ª série no valor total de R\$ 4.264.340; e (iii) 10.600 Debêntures da 3ª série, no valor total de R\$ 106.000. A Controladora, conforme fato relevante publicado ao mercado em 22 de novembro de 2019 assumiu todos e quaisquer ônus relativos as debêntures que haviam sido emitidas pela controlada Saber, sendo que, a partir deste momento, a Cogna se tornou a debenturista ao mercado.
- Adicionalmente, em 12 de julho de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples da Cogna, em até 2 (duas) séries, no valor total de até R\$900.000. Com relação ao vencimento das emissões, (i) o prazo das Debêntures da Primeira Série será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2024, considerando a remuneração de CDI+2,6%; e (ii) o prazo das Debêntures da Segunda Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de agosto de 2026, considerando a remuneração de CDI+2,95%.
- Em 19 de novembro de 2021 a Companhia através de sua controlada Anhanguera Educacional Participações S.A. ("Aesapar"), realizou emissão de debêntures não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$500.000. As debêntures terão vencimento final em 2026, sendo que o pagamento de principal ocorrerá em duas parcelas, e os juros devidos calculados até a data, serão pagos semestralmente nos meses de fevereiro e agosto.
- Em 30 de julho de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única da controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A., no valor de R\$ 500.000. As debêntures terão vencimento final em 2024, sendo que o pagamento de principal ocorrerá somente neste vencimento, e os juros devidos calculados até a data, serão pagos semestralmente nos meses de fevereiro e agosto.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, não há em nosso passivo qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

O nosso endividamento de curto prazo e de longo prazo, na data base de 31 de dezembro de 2021, está assim distribuído:

Empresa	Banco	Contrato	2021	Inferior a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Superior a 5 anos
Editora e Distribuidora Educacional S/A	DTVM OLIVEIRA TRUST	4a emissão Debêntures série única – 27/08/2018	225,6	7,0	109,3	109,4	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	1a emissão Debêntures série única – 15/04/2019	210,0	11,1	198,9	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Santander S.A	6ª emissão Debêntures série única - 20/05/2020	502,4	3,5	498,8	-	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	2a emissão Debêntures 2ª série – 15/08/2018	3.770,1	1.935,9	1.834,3	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa	Banco	Contrato	2021	Inferior a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Superior a 5 anos
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	2a emissão Debêntures 3ª série – 15/08/2018	130,2	24,8	35,4	70,0	-
Cogna Educação S.A	Banco Itaú S.A.	3a e 4a emissão Debêntures 1ª e 2ª séries e série única – 15/08/2018	88,7	88,7	-	-	-
Mind Makers Editora Educacional	BDMG	CAPITAL DE GIRO	0,9	0,2	0,3	0,3	-
Cogna Educação S.A	Banco Santander S.A	7ª emissão Debêntures 1ª e 2ª séries – 20/08/2021	924,0	28,6	604,6	290,8	
Anhanguera Educacional Participações S.A	Banco Bradesco S.A	1ª emissão 25/11/2021	499,7	4,0	-	495,7	
Vasta Platform Limited	UBSI Banco do Brasil	1ª emissão Debêntures série única 10/08/2021	514,8	16,6	498,2		
TOTAL			6.866,3	2.120,5	3.779,7	966,1	-

*Nota: Os custos de estruturação de dívida são apropriados durante o prazo do contrato e contabilmente deduzidos do valor principal.

ii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores detentores de créditos com garantia real em relação aos demais credores quirografários.

iii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Emissões “Cogna”, “EDE” e “AESAPAR” (cálculos trimestrais)

As debêntures emitidas pela controladora Cogna e pelas controladas EDE e AESAPAR requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”, os quais são apurados trimestralmente, com base nas informações intermediárias e nas demonstrações consolidadas da Companhia. O período de apuração compreende, onde é necessário para o cálculo e como determinado na escritura, os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3,00. Esse índice não pode ser superado em 2 trimestres consecutivos ou em 3 trimestres alternados no prazo de vigência do contrato, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2021.

O conceito de EBITDA ajustado significa, com base nas informações trimestrais (ITR) ou demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme o caso, ao resultado obtido nos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração (conceito dos últimos 12 meses), deduzido do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro e do resultado de itens não recorrentes, adicionada a receita financeira operacional. O cálculo de covenants financeiros considera os resultados das operações continuadas e descontinuadas,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

sendo necessário considerar os efeitos apresentados à nota explicativa 4, em conjunto aos quadros apresentados nas respectivas notas explicativas.

Em 06 de maio de 2021, conforme comunicado realizado ao mercado, os debenturistas da Companhia aceitaram, pela maioria do quórum presente, a consideração, para fins do cálculo do EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, R\$ 644.000 decorrentes de provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD) que foram contabilizados pela Companhia ao longo de 2020 (R\$ 229.000 no segundo trimestre de 2020 e R\$ 415.000 no quarto trimestre de 2020), como ajuste extraordinário e, portanto, não incluídos na apuração do Índice Financeiro durante o período compreendido entre o 4º trimestre de 2020 até o 3º trimestre de 2021.

O índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,16, dentro das condições estabelecidas as cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

De acordo com a escrituras de debêntures, com relação as demais obrigações, chamadas não financeiras, a Companhia informa que todas foram atendidas em 31 de dezembro de 2021.

Emissão "Vasta" (cálculo anual)

As debêntures emitidas pela controlada indireta Somos Sistemas requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada. O período de apuração compreende os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada ano, e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a:

- (i) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes no 1º (primeiro) ano;
- (ii) 4,00 (quatro) vezes no 2º (segundo) ano;
- (iii) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes no 3º (terceiro) ano, e;
- (iv) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes no 4º (quarto) ano.

Esse índice não pode ser descumprido por 2 períodos consecutivos ou por 3 períodos alternados durante a vigência da Emissão. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 4,47, sendo o primeiro ano a ter superado o indicador, mas ainda em cumprimento das cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	Em 31 de dezembro de 2021		
	Limite disponível	Limite utilizado	% do limite utilizado
Bancos	-	-	0,00%

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas informações anuais consolidadas auditadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DE RESULTADOS

Receita Líquida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossa receita líquida é composta pela receita bruta de vendas e/ou dos serviços prestados e pelas deduções da receita bruta (impostos, bolsas, descontos e devoluções).

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A receita bruta da Companhia é gerada pelos seus segmentos de negócio. A seguir apresentamos as principais operações que impactam a receita bruta de vendas e/ou serviços do grupo:

Kroton: Corresponde a operação de Ensino Superior Presencial, onde a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão, cursos livres, cursos de idiomas e outras, como: taxas de vestibular, emissão de diploma e aluguel de espaço para terceiros, além de outras taxas por serviços prestados aos alunos. Vale ressaltar que a Companhia, no reconhecimento da receita de alunos que utilizam o produto de parcelamento próprio (PEP), aplica uma política de registro do valor parcelado líquido do ajuste a valor presente.

Na modalidade de Ensino Superior à Distância, utilizamos nossa rede de Polos Parceiros para prover a prestação de serviços aos nossos alunos, incluindo cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Em contrapartida a estes serviços, o Polo recebe uma parcela da receita arrecadada pela Companhia. A receita do segmento de Ensino a Distância já é registrada líquida destes repasses aos Polos parceiros.

Vasta: Corresponde ao segmento de Educação Básica do Grupo, onde ampliamos nossa atuação de forma relevante através da incorporação do Grupo Somos em outubro de 2018, e posteriormente com a abertura de capital da Vasta Platform Limited. Com isso, passamos a ofertar um portfólio de soluções educacionais completo e integrado, estruturado em uma Plataforma Integrada de Serviços K-12 & PNLD/Contratos Oficiais, que engloba todos os produtos e serviços oferecidos para escolas parceiras, como: conteúdo físico e digital, assessoria pedagógica, avaliação, treinamento de professores, conteúdo de educação complementar (contra turno), tecnologia educacional, soluções de e-commerce, entre outros serviços.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da Educação Básica são compostas pelos tributos provenientes de nossas operações nos diversos segmentos, como escolas próprias, de idiomas, vendas de sistemas de ensino (ISS, PIS e COFINS), além das devoluções e dos abatimentos de material didático para escolas.

No Ensino Superior, as deduções são provenientes das bolsas do ProUni, concedidas em contrapartida à isenção fiscal de PIS e COFINS sobre a receita de graduação e Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o proporcional de Lucro Líquido da graduação. As demais deduções são provenientes de devoluções e/ou cancelamentos de mensalidades, de tributos sobre os serviços que não graduação (ISS, PIS e COFINS) e descontos condicionais sobre mensalidades e/ou juros sobre mensalidades em atraso.

Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O custo de produtos vendidos está relacionado aos custos de editoração e impressão de material didático vendido às escolas associadas de Educação Básica bem como no âmbito do PNLD, e é apurado com base nos gastos com materiais e serviços necessários para a confecção das coleções.

O custo de serviços prestados está relacionado aos custos de operação das unidades de Ensino Superior, representados pelos custos de professores, materiais, pessoal técnico, de apoio e pedagógico, aluguel, serviços de terceiros, outros custos operacionais e despesas com depreciação e amortização e é apurado com base nos gastos incorridos para a prestação do serviço.

Despesas/Receitas Operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As nossas despesas operacionais são compostas por despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas operacionais líquidas, conforme abaixo:

Despesas com Vendas

As despesas com vendas são compostas de despesas de marketing, direitos autorais, pessoal e provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas abrangem aluguel administrativo, viagens, manutenção, utilidades, serviços de terceiros, serviços de consultoria e despesas com pessoal, que incluem salários e encargos da estrutura corporativa e demais despesas com pessoal e despesas com depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso, além da reversão do AVP. Nas despesas financeiras, temos principalmente os juros sobre empréstimos, juros e mora fiscal e comercial e tarifas bancárias e de cobrança.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos definidas atualmente são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

As sociedades mantenedoras de Instituições de Ensino Superior estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional (presencial e/ou à distância) e graduação tecnológica.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Comparação entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2021	AV ⁽¹⁾ 2021 (%)	2020	AV ⁽¹⁾ 2020 (%)	Variação 2021 x 2020 (%)
Receita Líquida	4.778,1	100,0	5.269,1	100,0	(9,3)
Kroton	3.132,6	65,6	3.636,1	69,0	(13,8)
Platos	96,7	2,0	91,3	1,7	6,0
Saber	46,5	1,0	53,0	1,0	(12,4)
Vasta	947,4	19,8	997,6	18,9	(5,0)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros	554,9	11,6	491,1	9,3	13,0
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.903,7)	(39,8)	(1.946,9)	(36,9)	(2,2)
Custo dos Produtos Vendidos	(495,0)	(10,4)	(450,9)	(8,6)	9,8
Custo dos Serviços Vendidos	(1.408,7)	(29,5)	(1.496,0)	(28,4)	(5,8)
Lucro Bruto	2.874,3	60,2	3.322,2	63,1	(13,5)
Despesas Operacionais	(2.795,9)	(58,5)	(6.559,1)	(124,5)	(57,5)
Com Vendas	(570,8)	(11,9)	(655,9)	(12,4)	(13,0)
Gerais e Administrativas	(1.662,1)	(34,8)	(1.644,0)	(31,2)	0,7
Provisão para perda esperada	(537,6)	(11,3)	(1.637,5)	(31,1)	(67,2)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	(2.050,4)	(38,9)	100,0
Outras receitas operacionais	6,0	0,1	32,4	0,6	(81,4)
Outras despesas operacionais	(33,1)	(0,7)	(609,3)	(11,6)	(94,6)
Equivalência patrimonial	1,6	0,1	5,7	0,1	(72,5)
Resultado Antes do Resultado Financeiro	78,4	1,6	(3.236,9)	(61,4)	(102,6)
Resultado Financeiro	(583,8)	(12,2)	(598,7)	(11,4)	(2,5)
Receitas Financeiras	309,8	6,5	279,8	5,3	10,7
Despesas Financeiras	(893,6)	(18,7)	(878,5)	(16,7)	1,7
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(505,4)	(10,6)	(3.835,6)	(72,8)	(87,0)
Imposto de Renda e Contribuição Social	43,8	0,9	209,2	4,0	(80,1)
Do período	(2,4)	(0,1)	(36,7)	(0,7)	(93,5)
Diferidos	46,2	1,0	245,9	4,7	(82,1)
Lucro Líquido (Prejuízo) Antes das Operações Descontinuadas	(461,5)	(9,7)	(3.626,4)	(68,8)	(87,4)
Resultado das Operações Descontinuadas	(51,5)	(1,1)	(2.179,4)	(41,4)	(97,6)
Prejuízo do Exercício	(513,0)	(10,7)	(5.805,8)	(110,2)	(91,2)

*(1) Percentual do total da Receita líquida.***Receita líquida***(1) Percentual do total da Receita líquida.*

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2021	AV ⁽¹⁾ 2021 (%)	2020	AV ⁽¹⁾ 2020 (%)	Variação 2021 x 2020 (%)
Receita Bruta	6.328,3	132,4	6.951,1	131,9	(9,0)
Kroton	4.454,9	93,2	5.118,9	97,1	(13,0)
Platos	103,7	2,2	97,2	1,8	6,7
Saber	54,0	1,1	56,0	1,1	(3,7)
Vasta	1.110,9	23,3	1.155,6	21,9	(3,9)
Outros	604,8	12,7	523,3	9,9	15,6
Deduções da Receita Bruta	(1.550,2)	(32,4)	(1.681,9)	(31,9)	(7,8)
Kroton	(1.322,3)	(27,7)	(1.482,8)	(28,1)	(10,8)
Platos	(7,0)	(0,1)	(5,9)	(0,1)	17,9
Saber	(7,5)	(0,2)	(3,0)	(0,1)	149,8
Vasta	(163,5)	(3,4)	(158,0)	(3,0)	3,5
Outros	(49,9)	(1,0)	(32,2)	(0,6)	55,1
Receita Líquida	4.778,1	100,0	5.269,1	100,0	(9,3)
Kroton	3.132,6	65,6	3.636,1	69,0	(13,8)
Platos	96,7	2,0	91,3	1,7	6,0
Saber	46,5	1,0	53,0	1,0	(12,4)
Vasta	947,4	19,8	997,6	18,9	(5,0)
Outros	554,9	11,6	491,1	9,3	13,0

(1) Percentual do total da Receita líquida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita Bruta

- **Kroton**

- Nossa receita bruta da Kroton no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.454,9 milhões comparado a R\$ 5.118,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, uma redução de 13,0%, devido a migração dos alunos da modalidade presencial ao ensino digital, gerando uma baixa captação de FIES e PEP onde o ticket médio é menor.

- **Platos**

Nossa receita bruta da Platos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 103,7 milhões comparado a R\$ 97,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, aumento de 6,7%, para esse segmento não tivemos uma variação significativa.

- **Saber**

A receita bruta da Saber no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 54,0 milhões, comparado a R\$ 56,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com uma queda de 3,7%, não tivemos uma variação significativa.

- **Vasta**

A receita bruta da Vasta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.110,9 milhões, comparado a R\$ 1.155,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com uma queda de 3,9%.

- **Outros**

A receita bruta de outros negócios no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 604,8 milhões, comparado a R\$ 523,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com um aumento de 15,6%, principalmente pelo desempenho do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Receita Líquida

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.778,1 milhões comparado a R\$ 5.269,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, queda de 9,3%, decorrente da migração dos alunos da modalidade presencial ao ensino digital, onde o ticket médio é menor.

Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos

- **Custo dos produtos vendidos**

Os custos dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 495 milhões comparados a R\$ 450,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, aumento de 9,8%. A variação está substancialmente atrelada ao aumento nos custos editoriais.

- **Custo dos serviços prestados**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os custos totais dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 1.408,7 milhões comparados a R\$ 1.496,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, queda de 5,8%, redução afetada principalmente nos custos com folha de pagamento, devido a menor taxa de ocupação das suas unidades.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.874,3 milhões comparado a R\$ 3.322,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com queda de 13,5% decorrente de menor receita líquida, principalmente no segmento Kroton mesmo se comparado com a redução dos custos no exercício.

Despesas Operacionais

- **Despesas com Vendas**

As despesas com vendas, compostas de equipe comercial, propaganda e marketing, direitos autorais, royalties e provisão para créditos com liquidação duvidosa (PCLD), no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 1.108,3 milhões, comparados a R\$ 2.293,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com uma queda de 51,7%, impactado pela melhora na adimplência que refletiu em uma menor provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) no ensino superior pagante e nos produtos de parcelamento (PEP/PMT) comparado ao ano de 2020 que tivemos um ajuste extraordinário nesta linha..

- **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 1.662,1 milhões comparados a R\$ 1.644,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com aumento de 1,1%.

- **Perda por redução ao valor recuperável dos ativos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros e, após essa avaliação, decidiu por alterar suas estimativas de crescimento no modelo de projeção de longo prazo, impactando assim a recuperação dos ativos não financeiros. Em decorrência dessa alteração, foi constituída perda ao valor recuperável dos ativos (*impairment*) no montante de R\$ 2.050,4.

- **Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas**

A linha de Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 obteve despesa de R\$ 27,6 milhões comparado a receita de R\$ 576,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, resultando de uma queda de despesa de 95,3% impactado, principalmente pela baixa da garantia para a conta Escrow ocorrida em junho de 2020 no montante de R\$ 345,2.

Resultado Financeiro

- **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 309,8 milhões, comparados a R\$ 279,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, aumento de 10,7% devido ao menor volume de juros sobre mensalidades.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Despesas Financeiras**

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 893,6 milhões, comparados a R\$ 878,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, aumento de 1,7% devido principalmente aos encargos financeiros relacionados as debêntures que aumentaram 25,5%.

Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 505,4 milhões de prejuízo comparado a R\$ 3.835,6 milhões de prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, redução em decorrência das informações supracitadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

- Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício**

O imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2,4 milhões comparado a R\$ 36,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com redução de 93,5%.

- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido**

O imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 46,2 milhões comparado a R\$ 245,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, redução de 81,2%, relacionado a reversão do prejuízo fiscal comparado ao ano de 2020.

Prejuízo Antes das Operações Descontinuadas

O prejuízo consolidado do exercício reduziu em R\$ 3.164,9 milhões, passando de um prejuízo de R\$ 3.626,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para um prejuízo de R\$ 461,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. As variações decorrem das explicações supracitadas.

Prejuízo do exercício

O prejuízo consolidado do exercício reduziu em R\$ 5.292,8 milhões, passando de um prejuízo de R\$ 5.805,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para um prejuízo de R\$ 513,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. As variações decorrem das explicações supracitadas.

Comparação entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2020	AV ⁽¹⁾ 2020 (%)	2019	AV ⁽¹⁾ 2019 (%)	Variação 2020 x 2019 (%)
Receita Líquida	5.269,1	100,0	6.355,2	100,0	(17,1)
Kroton	3.636,1	69,0	4.779,9	75,2	(23,9)
Platos	91,3	1,7	81,7	1,3	11,7
Saber	53,0	1,0	65,2	1,0	(18,7)
Vasta	997,6	18,9	909,3	14,3	9,7
Outros	491,1	9,3	519,1	8,2	(5,4)
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.946,9)	(36,9)	(2.441,1)	(38,4)	(20,2)
Custo dos Produtos Vendidos	(450,9)	(8,6)	(515,2)	(8,1)	(12,5)
Custo dos Serviços Vendidos	(1.496,0)	(28,4)	(1.925,9)	(30,3)	(22,3)
Lucro Bruto	3.322,2	63,1	3.914,1	61,6	(15,1)
Despesas Operacionais	(6.559,1)	(124,5)	(3.043,2)	(47,9)	115,5

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com Vendas	(2.293,4)	(43,5)	(1.515,0)	(23,8)	51,4
Gerais e Administrativas	(1.644,0)	(31,2)	(1.566,0)	(24,6)	5,0
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(2.050,4)	(38,9)	-	-	100,0
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	(576,9)	(10,9)	37,9	0,6	(1.623,4)
Equivalência Patrimonial	5,7	0,1	(0,2)	(0,0)	(3.708,3)
Resultado Antes do Resultado Financeiro	(3.236,9)	(61,4)	870,8	13,7	(471,7)
Resultado Financeiro	(598,7)	(11,4)	(762,3)	(12,0)	(21,5)
Despesas Financeiras	(878,5)	(16,7)	(1.097,4)	(17,3)	(19,9)
Receitas Financeiras	279,8	5,3	335,1	5,3	(16,5)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(3.835,6)	(72,8)	108,5	1,7	(3.635,0)
Imposto de Renda e Contribuição Social	209,2	4,0	64,2	1,0	225,7
Do período	(36,7)	(0,7)	(93,0)	(1,5)	(60,5)
Diferidos	245,9	4,7	157,3	2,5	56,4
Lucro (Prejuízo) antes das operações descontinuadas	(3.626,4)	(68,8)	172,7	2,7	(2.199,2)
Resultado das operações descontinuadas	(2.179,4)	(41,4)	69,8	1,1	(3.220,7)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(5.805,8)	(110,2)	242,6	3,8	(2.493,3)

⁽¹⁾ Percentual do total da Receita líquida.**Receita líquida**⁽¹⁾ Percentual do total da Receita líquida.

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2020	AV ⁽¹⁾ 2020 (%)	2019	AV ⁽¹⁾ 2019 (%)	Variação 2020 x 2019 (%)
Receita Bruta	6.951,1	131,9	7.938,5	124,9	(12,4)
Kroton	5.118,9	97,1	6.203,8	97,6	(17,5)
Platos	97,2	1,8	90,6	1,4	7,2
Saber	56,0	1,1	54,7	0,9	2,4
Vasta	1.155,6	21,9	1.054,9	16,6	9,5
Outros	523,3	9,9	534,6	8,4	(2,1)
Deduções da Receita Bruta	(1.681,9)	(31,9)	(1.583,4)	(24,9)	6,2
Kroton	(1.482,8)	(28,1)	(1.423,8)	(22,4)	4,1
Platos	(5,9)	(0,1)	(9,0)	(0,1)	(34,0)
Saber	(3,0)	(0,1)	10,5	0,2	(128,5)
Vasta	(158,0)	(3,0)	(145,6)	(2,3)	8,5
Outros	(32,2)	(0,6)	(15,5)	(0,2)	107,6
Receita Líquida	5.269,1	100,0	6.355,2	100,0	(17,1)
Kroton	3.636,1	69,0	4.779,9	75,2	(23,9)
Platos	91,3	1,7	81,7	1,3	11,7
Saber	53,0	1,0	65,2	1,0	(18,7)
Vasta	997,6	18,9	909,3	14,3	9,7
Outros	491,1	9,3	519,1	8,2	(5,4)

⁽¹⁾ Percentual do total da Receita líquida.**Receita Bruta**

- Kroton**

Nossa receita bruta da Kroton no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5.118,9 milhões comparado a R\$ 6.203,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 17,5%, devido à pandemia pelo COVID-19 ocorrida no exercício de 2020.

- Platos**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nossa receita bruta da Platos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 97,2 milhões comparado a R\$ 90,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 7,2%, para esse segmento não tivemos uma variação significativa.

- **Saber**

A receita bruta da Saber no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 56,0 milhões, comparado a R\$ 54,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com aumento de 2,4%, não tivemos uma variação significativa.

- **Vasta**

A receita bruta da Vasta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.155,6 milhões, comparado a R\$ 1.054,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com aumento de 9,5%, esse aumento se deve a novas aquisições de empresas de ensino básico em 2020 (Pluri, Mind Makers e Meritt).

- **Outros**

A receita bruta de outros negócios no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 523,3 milhões, comparado a R\$ 534,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com uma queda de 2,1%, não tivemos uma variação significativa.

Receita Líquida

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5.269,1 milhões comparado a R\$ 6.355,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, queda de 17,1% devido principalmente a pandemia prejudicando nosso ensino presencial.

Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos

- **Custo dos produtos vendidos**

Os custos dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 450,9 milhões comparados a R\$ 515,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, queda de 12,5%.

- **Custo dos serviços prestados**

Os custos totais dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 1.496,0 milhões comparados a R\$ 1.925,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, queda de 22,3%, redução afetada principalmente nos custos com folha de pagamento, devido a menor taxa de ocupação das suas unidades.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 3.322,2 milhões comparado a R\$ 3.914,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com queda de 15,1% decorrente de menor receita líquida, principalmente no segmento Kroton mesmo se comparado com a redução dos custos no exercício.

Despesas Operacionais

- **Despesas com Vendas**

As despesas com vendas, compostas de equipe comercial, propaganda e marketing, direitos autorais, royalties e provisão para créditos com liquidação duvidosa (PCLD), no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 2.293,4 milhões comparados a R\$ 1.515,0 milhões

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 51,4% impactado, principalmente pelo recálculo da PECLD no montante de R\$ 1.625,9 valor 80,2% maior do que no exercício anterior.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 1.644,0 milhões comparados a R\$ 1.566,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com queda de 5,0%.

- **Perda por redução ao valor recuperável dos ativos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros e, após essa avaliação, decidiu por alterar suas estimativas de crescimento no modelo de projeção de longo prazo, impactando assim a recuperação dos ativos não financeiros. Em decorrência dessa alteração, foi constituída perda ao valor recuperável dos ativos (impairment) no montante de R\$ 2.050,4.

- **Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas**

A linha de Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 obteve despesa de R\$ 576,9 milhões comparado a receita de R\$ 37,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, resultando em um aumento de despesa de 1623,4% impactado, principalmente pela baixa da garantia para a conta Escrow ocorrida em junho de 2020 no montante de R\$ 345,2.

Resultado Financeiro

- **Receitas Financeiras**

As receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 279,8 milhões, comparados a R\$ 335,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, redução de 16,5% devido ao menor volume de juros sobre mensalidades.

- **Despesas Financeiras**

As despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 878,5 milhões, comparados a R\$ 1.097,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, queda de 19,9% devido principalmente aos encargos financeiros relacionados as debêntures que diminuíram 41,3%.

Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 3.835,6 milhões de prejuízo comparado a R\$ 108,5 milhões de lucro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, redução em decorrência das informações supracitadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

- **Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício**

O imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 36,7 milhões comparado a R\$ 93,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com redução de 60,5%.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 245,9 milhões comparado a R\$ 157,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 56,4%, relativo a maior constituição de provisões temporárias atreladas.

Lucro Líquido (Prejuízo) Antes das Operações Descontinuadas

O lucro consolidado do exercício reduziu em R\$ 3.799,1 milhões, passando de um lucro de R\$ 172,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para um prejuízo de R\$ 3.626,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. As variações decorrem das explicações supracitadas.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício

O lucro consolidado do exercício reduziu em R\$ 6.041,1 milhões, passando de um lucro de R\$ 235,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para um prejuízo de R\$ 5.805,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. As variações decorrem das explicações supracitadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2021	AV 2021(%)	31/12/2020	AV 2020(%)	Variação 2021 x 2020(%)
Caixa e equivalente de caixa	1.601,5	5,6	2.205,3	7,2	(27,4)
Aplicações Financeiras	2.425,2	8,5	1.976,4	6,4	22,7
Contas a Receber	2.025,7	7,1	1.876,8	6,1	7,9
Estoques	366,3	1,3	366,4	1,2	(0,0)
Adiantamentos	124,5	0,4	63,3	0,2	96,6
Tributos a Recuperar	79,8	0,3	87,6	0,3	(8,9)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	134,0	0,5	187,8	0,6	(28,6)
Contas a Receber na venda de controladas	76,3	0,3	0,6	0	12.765,4
Demais Contas a Receber	134,7	0,5	105,1	0,3	28,1
Total do Circulante	6.967,9	24,4	6.869,5	22,3	1,4
Ativos mantidos para venda	-	-	2.402,5	7,8	100,0
Títulos e Valores Mobiliários	14,2	-	15,0	0	(5,3)
Contas a Receber	251,6	0,9	443,3	1,4	(43,2)
Tributos a Recuperar	207,9	0,7	137,1	0,4	51,6
Contas a receber na venda de controladas	133,1	0,5	71,3	0,2	86,7
Outros Créditos	43,7	0,2	92,0	0,3	(52,6)
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	154,8	0,5	166,9	0,5	(7,2)
Depósitos Judiciais	57,0	0,2	74,1	0,2	(23,0)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	904,2	3,2	838,3	2,7	7,9
Investimentos	1,2	-	1,5	0	(16,7)
Imobilizado	4.201,3	14,7	4.344,2	14,1	(3,3)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2021	AV 2021(%)	31/12/2020	AV 2020(%)	Variação 2021 x 2020(%)
Intangível	15.576,0	54,6	15.018,3	48,8	3,7
Total do Não Circulante	21.545,0	75,6	21.511,8	69,9	0,2
Total de Ativo	28.512,9	100	30.783,8	100	(7,4)

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2021	AV 2021(%)	31/12/2020	AV 2020(%)	Variação 2021 x 2020(%)
Empréstimos e Financiamentos	0,2	-	0,2	-	3,5
Debêntures	2.120,3	7,4	2.048,8	6,7	3,5
Arrendamento por direito de uso	137,9	0,5	120,1	0,4	14,9
Fornecedores	654,1	2,3	533,6	1,7	22,6
Fornecedores risco sacado	310,2	1,1	284,8	0,9	8,9
Obrigações sociais e trabalhistas	387,1	1,4	313,9	1,0	23,3
Imposto de renda e contribuição social a pagar	28,5	0,1	39,3	0,1	(27,5)
Tributos a pagar	107,3	0,4	103,4	0,3	3,8
Adiantamentos de Clientes	176,1	0,6	195,2	0,6	(9,8)
Impostos e Contribuições Parcelados	7,8	-	12,1	-	(35,1)
Contas a Pagar - Aquisições	117,6	0,4	100,7	0,3	16,7
Demais Contas a Pagar	40,8	0,1	19,8	0,1	105,8
Total do Circulante	4.088,1	14,3	3.772,0	12,3	8,4
Passivos mantidos para venda	-	-	1.489,9	4,8	(100,0)
Empréstimos e Financiamentos	0,7	-	0,8	-	(20,3)
Debêntures	4.745,2	16,6	5.171,4	16,8	(8,2)
Arrendamento por direito de uso	2.889,4	10,1	2.912,4	9,5	(0,8)
Contas a Pagar – Aquisições	145,0	0,5	125,5	0,4	15,5
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	568,1	2,0	428,6	1,4	32,6
Passivos assumidos na combinação de negócio	1.510,4	5,3	2.012,6	6,5	(25,0)
Impostos e Contribuições Parceladas	4,6	-	7,8	-	(41,5)
Tributos Diferidos	669,3	2,3	495,9	1,6	34,9
Demais Contas a Pagar	121,5	0,4	81,7	0,3	48,9
Total do Não Circulante	10.654,2	37,4	11.236,7	36,5	(5,2)
Capital Social Realizado	7.667,6	26,9	7.667,6	24,9	-
Reserva de Capital	5.605,9	19,7	5.640,6	18,3	(0,6)
Ações em Tesouraria	(57,8)	(0,2)	(99,1)	(0,3)	(41,7)
Reserva de lucro	(489,1)	(1,7)	-	-	-
Participação de não controladores	1.044,1	3,7	1.076,1	3,5	(2,9)
Patrimônio Líquido Consolidado	13.770,7	48,3	14.285,2	46,4	(3,6)
Total do Passivo e do Patrimônio	28.512,9	100,0	30.783,8	100,0	(7,4)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2021	AV 2021(%)	31/12/2020	AV 2020(%)	Variação 2021 x 2020(%)
Líquido					

Ativo Circulante

O ativo circulante em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 6.967,9, comparado a R\$ 6.869,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, obtivemos um aumento de 1,4%, observado pela elevação dos títulos e valores mobiliários, contas a receber e nas vendas de controladas, compensado pela redução de caixa e equivalentes de caixa.

O ativo circulante representa 24,4% do total do ativo em 31 de dezembro de 2021 e 22,3% em 31 de dezembro de 2020.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 21.544,9 milhões, comparado a R\$ 21.511,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, houve um aumento de 0,2%, impactado principalmente pelo aumento das adições de intangível. Em contrapartida, tivemos uma redução de contas a receber e baixa de partes relacionadas que tem como origem o processo de fechamento da transação das escolas.

O ativo não circulante representa 75,6% do total do ativo em 31 de dezembro de 2021 e 69,9% em 31 de dezembro de 2020.

Passivo Circulante

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.088,0 milhões comparado a R\$ 3.772,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Houve um aumento de 8,4%, substancialmente atrelado ao aumento dos vencimentos de debêntures, contas a pagar a fornecedores e obrigações trabalhistas.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 10.654,2 milhões comparado a R\$ 11.236,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, queda de 5,2%, recorrente dos pagamentos de saldos principais das debêntures, redução dos passivos assumidos nas combinações de negócio. Em contrapartida, podemos observar um aumento de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Patrimônio Líquido Consolidado

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 13.770,7 milhões comparado a R\$ 14.285,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 3,6% devido ao prejuízo do exercício.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2020	AV 2020(%)	31/12/2019	AV 2019(%)	Variação 2020 x 2019(%)
Caixa e equivalente de caixa	2.205,3	7,2	371,7	1,1	493,3
Aplicações Financeiras	1.976,4	6,4	454,0	1,3	335,4

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2020	AV 2020(%)	31/12/2019	AV 2019(%)	Variação 2020 x 2019(%)
Contas a Receber	1.876,8	6,1	2.586,5	7,6	(27,4)
Estoques	366,4	1,2	407,1	1,2	(10,0)
Adiantamentos	63,3	0,2	77,1	0,2	(17,9)
Tributos a Recuperar	275,4	0,9	346,2	1,0	(20,4)
Contas a Receber na venda de controladas	0,6	-	139,2	0,4	(99,6)
Demais Contas a Receber	105,1	0,3	96,8	0,3	8,7
Total do Circulante	6.869,5	22,3	4.478,5	13,1	53,4
Ativos mantidos para venda	2,402,5	7,8	-	-	100,0
Títulos e Valores Mobiliários	15,0	-	17,4	0,1	(13,8)
Contas a Receber	443,3	1,4	754,7	2,2	(41,3)
Tributos Diferidos	838,3	2,7	776,7	2,3	7,9
Depósitos Judiciais	74,1	0,2	95,7	0,3	(22,6)
Tributos a Recuperar	137,1	0,4	130,4	0,4	5,1
Garantia de contingências	166,9	0,5	1.130,0	3,3	(85,2)
Contas a receber na venda de controladas	71,3	0,2	250,5	0,7	(71,5)
Partes relacionadas	309,8	1,0	-	-	100
Demais Contas a Receber	92,0	0,3	98,8	0,3	(6,8)
Investimentos	1,5	-	8,2	-	(82,3)
Imobilizado	4.344,2	14,1	5.855,3	17,2	(25,8)
Intangível	15.018,3	48,8	20.522,2	60,1	(26,8)
Total do Não Circulante	21.511,8	69,9	29.640,0	86,9	(27,4)
Total de Ativo	30.783,8	100	34.118,4	100	(9,8)

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2020	AV ⁽¹⁾ 2020(%)	31/12/2019	AV 2019 (%)	Variação 2020 x 2019 (%)
Fornecedores	818,4	2,6	879,1	2,6	(6,9)
Empréstimos e Financiamentos	0,2	-	0,5	-	(56,9)
Debêntures	2.048,8	6,6	579,0	1,7	253,9
Arrendamento mercantil	120,1	0,4	147,8	0,4	(18,7)
Obrigações sociais e trabalhistas	313,9	1,0	463,5	1,4	(32,3)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	39,3	0,1	60,6	0,2	(35,2)
Tributos a pagar	103,4	0,3	101,8	0,3	1,6
Adiantamentos de Clientes	195,2	0,6	318,4	0,9	(38,7)
Impostos e Contribuições Parcelados	12,1	-	14,4	-	(16,0)
Contas a Pagar - Aquisições	100,7	0,3	118,0	0,3	(14,6)
Dividendos a pagar	0,1	-	0,0	-	52,4
Demais Contas a Pagar	19,8	0,1	67,5	0,2	(70,7)
Total do Circulante	3.772,0	12,3	2.750,6	8,1	37,1

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2020	AV ⁽¹⁾ 2020(%)	31/12/2019	AV 2019 (%)	Variação 2020 x 2019 (%)
Passivos mantidos para venda	1.489,9	4,8	-	-	100
Empréstimos e Financiamentos	0,8	-	0,2	-	407,5
Debêntures	5.171,4	16,7	7.504,9	22,0	(31,1)
Arrendamento mercantil	2.912,4	9,4	3.873,7	11,4	(24,8)
Provisões Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	428,6	1,4	471,9	1,4	(9,2)
Passivos assumidos na combinação de negócios	2.012,6	6,5	2.631,5	7,7	(23,5)
Impostos e Contribuições Parceladas	7,8	-	17,8	0,1	(56,3)
Contas a Pagar – Aquisições	125,5	0,4	165,3	0,5	(24,0)
Tributos Diferidos	495,9	1,6	786,9	2,3	(37,0)
Demais Contas a Pagar	81,7	0,3	80,3	0,2	1,7
Total do Não Circulante	11.236,7	36,5	15.532,6	45,5	(27,7)
Capital Social Realizado	7.667,6	24,8	5.111,7	15,0	50,0
Reserva de Capital	5.640,6	18,3	6.400,2	18,8	(11,9)
Ações em Tesouraria	(99,1)	(0,3)	(121,4)	(0,4)	(18,4)
Reserva de lucro	-	-	4.442,0	13,0	(100)
Participação de não controladores	1.076,1	3,5	2,9	-	37.485,8
Patrimônio Líquido Consolidado	14.285,2	46,4	15.835,3	46,4	(9,8)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	30.783,8	100	34.118,4	100	(9,8)

Ativo Circulante

O ativo circulante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6.869,5 comparado a R\$ 4.478,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 ocorreu aumento de 53,4% devido aos valores de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras provenientes do Follow on e do IPO da Vasta.

O ativo circulante representava 22,3% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 e 13,1% em 31 de dezembro de 2019.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 21.511,8 milhões comparado a R\$ 29.640,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 obteve uma queda de 27,4% devido, principalmente, à constituição da perda ao valor recuperável dos ativos (*impairment*) alocada no intangível.

O ativo não circulante representava 69,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 e 86,9% em 31 de dezembro de 2019.

Passivo Circulante

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 3.772,0 milhões comparado a R\$ 2.750,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 teve um aumento de 37,1%, decorrente a parcelas de debentures que passaram a ser de curto prazo em 2020 devido vencimentos futuros.

Passivo Não Circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 11.236,7 milhões comparado a R\$ 15.532,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, queda de 27,7%, substancialmente devido a baixas nos arrendamentos em virtude da readequação do negócio (Campus do Futuro), e reclassificação das debêntures entre curto e longo prazo, somados a isso, tivemos redução nos passivos assumidos na combinação de negócios, proveniente da revisão dos valores alocados na aquisição da Somos.

Patrimônio Líquido Consolidado

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 14.285,2 milhões comparado a R\$ 15.835,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 9,8% devido ao Follow on realizado pela Companhia em conjunto com o prejuízo do exercício.

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação 2021 x 2020 (%)
(em R\$ milhões)	2021	2020	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(505,4)	(3.835,6)	(86,8)
Ajustes para conciliação ao resultado:			
Depreciação e amortização	489,0	541,7	(9,7)
Depreciação IFRS-16	188,6	273,9	(31,1)
Amortização mais valia ágio alocado	275,5	329,4	(16,4)
Amortização mais valia de estoques	1,5	8,0	(81,4)
Custos editoriais	117,5	54,4	116,0
Provisão para perda esperada	537,6	1.637,5	(67,2)
Ajuste a valor presente do contas a receber	(6,5)	(91,5)	(92,9)
Reversão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(242,3)	(150,4)	61,1
Baixa da realização da garantia "Escrow" de ex-proprietários	-	345,2	(100,0)
Provisão (reversão) para perdas dos estoques	18,3	32,1	(43,0)
Atualização monetária de contas a receber na venda de controladas	(2,0)	(20,2)	(89,9)
Atualização monetária de conta "Escrow"	-	(10,1)	(100,0)
Encargos financeiros	831,6	843,3	(1,4)
Outorga de opções de ações	11,7	62,4	(81,2)
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos	-	188,1	-
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	-	4.126,2	(100,0)
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	(126,3)	(85,3)	48,1
Equivalência patrimonial	(1,6)	5,7	(127,5)
Resultado das operações descontinuadas	-	(2.179,4)	(100,0)
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) redução em contas a receber	(467,5)	(565,7)	(17,4)
(Aumento) redução em estoques	(135,4)	(72,4)	86,7
(Aumento) redução em adiantamentos	(61,2)	7,5	(912,7)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	37,3	61,1	(38,9)
(Aumento) redução em depósitos judiciais	17,0	3,8	353,0
(Aumento) redução em outros créditos	(6,4)	(10,3)	(37,9)
(Redução) aumento em fornecedores	103,9	33,5	210,1
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado	37,0	(56,8)	(165,1)
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	69,6	(89,2)	(178,0)
(Redução) aumento em tributos a pagar	89,0	(8,7)	(1.120,2)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	(20,7)	(40,2)	(48,3)
(Redução) aumento em impostos e contribuições parcelados	(7,5)	(8,9)	(15,8)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	(153,2)	(216,1)	(29,1)
(Redução) aumento nas demais contas a pagar	(4,2)	2,3	(277,6)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	1.084,5	1.115,1	(2,8)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44,5)	(32,8)	35,8
Juros de arrendamento por direito de uso pagos	(292,3)	(401,6)	(27,2)
Juros de empréstimos e debêntures pagos	(244,0)	(424,4)	(42,5)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	503,6	256,3	103,0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Investimento) resgate de títulos e valores mobiliários	(321,6)	(1.644,6)	(80,4)
Adições ao imobilizado	(133,3)	(152,4)	(12,5)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adições ao intangível	(248,4)	(291,9)	(14,9)
Caixa adquirido em combinação de negócio	19,1	0,8	2.162,4
Pagamentos por aquisição de controladas	(202,2)	(112,8)	79,2
Recebimento de garantia "Escrow" de ex-proprietários	-	321,5	(100,0)
Recebimento pela venda de controladas	183,1	345,4	(47,0)
Recebimentos de valores cedidos em caixa para controladas	309,8	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(393,6)	(1.533,9)	(74,3)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital	-	2.481,3	(100,0)
Alienções (aquisições) de ações em tesouraria	(5,1)	15,6	(132,5)
Recebimento na oferta de ações de controlada	-	1.681,3	(100,0)
Participação de não controladores	(8,1)	-	-
Custos de repactuação das debêntures	(62,6)	-	-
Emissão Debêntures	1.900,0	496,5	282,7
Captação de empréstimos e financiamentos	-	0,1	(100,0)
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(121,6)	(144,2)	(15,7)
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debentures	(2.356,1)	(1.261,5)	86,8
Parcelas pagas em aquisição de empresas	(60,3)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(713,9)	3.269,2	(121,8)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(603,9)	1.991,6	130,3
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.205,3	371,7	493,3
Caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas no fim do exercício	1.601,5	2.205,3	(27,4)
Caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas no fim do exercício	-	158,0	(100,0)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(603,9)	1.991,6	130,3

Caixa Líquido Aplicado nas (Gerado pelas) Atividades Operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais apresentou aumento de R\$ 247, milhões, passando de um caixa gerado pelas operações de R\$ 247,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para um caixa gerado pelas operações de R\$ 503,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em decorrência de: (i) aumento no pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis que apresentou um aumento comparado a 2020 de R\$ 70,0 milhões, (ii) aumento no pagamento de juros por arrendamentos de direito de uso em R\$ 109,3 milhões (iii) Maior volume de pagamentos de juros de debêntures comparado com 2020 em R\$ 180,3 milhões, parcialmente compensado por outros itens de capital de giro da Companhia.

Caixa Líquido Aplicado nas (Gerado pelas) Atividades de Investimento

O caixa líquido das atividades de investimento apresentou redução de R\$ 1.140,3 milhões, passando de um caixa gerado de R\$ 1.533,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para um caixa aplicado de R\$ 393,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, substancialmente em decorrência das aplicações ocorridas nos títulos e valores mobiliários.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento

O caixa líquido das atividades de financiamento apresentou uma queda de R\$ 3.983,1 milhões, passando de um caixa gerado de R\$ 3.269,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para um caixa aplicado de R\$ 713,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em decorrência do recebimento da oferta de ações da controlada e pelo aumento de capital realizado em 2020, compensado por outros das atividades de financiamento da Companhia.

Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a geração de caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 603,9 milhões, ante uma aplicação de caixa e equivalente de caixa de R\$ 1.991,6 milhões em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação 2020 x 2019 (%)
(em R\$ milhões)	2020	2019	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.969,2)	183,8	(3.347,9)
Ajustes para conciliação ao resultado:			
Depreciação e amortização	541,7	551,0	(1,7)
Depreciação IFRS-16	273,9	258,5	6,0
Amortização mais valia ágio alocado	329,4	352,2	(6,5)
Amortização mais valia de estoques	8,0	36,0	(77,8)
Custos editoriais	54,4	110,0	(50,5)
Provisão para perda esperada	1.637,5	910,8	79,8
Ajuste a valor presente do contas a receber	(91,5)	-	-
Reversão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(150,4)	(214,7)	(29,9)
Baixa da realização da garantia "Escrow" de ex-proprietários	345,2	-	-
Provisão (reversão) para perdas dos estoques	32,1	(41,6)	(177,1)
Atualização monetária de contas a receber na venda de controladas	(20,2)	-	-
Atualização monetária de conta "Escrow"	(10,1)	-	-
Encargos financeiros de empréstimos e debêntures	843,3	1.070,0	(21,2)
Outorga de opções de ações	62,4	19,7	216,6
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos	188,1	53,5	251,7
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	4.126,2	-	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	(85,3)	(73,8)	15,6
Equivalência patrimonial	5,7	(0,2)	(3.708,3)
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
(Aumento) redução em contas a receber	(565,7)	(1.433,9)	(60,5)
(Aumento) redução em estoques	(72,4)	(131,7)	(45,0)
(Aumento) redução em adiantamentos	7,5	(14,3)	(152,7)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	61,1	(78,6)	
(Aumento) redução em depósitos judiciais	3,8	7,1	(46,9)
(Aumento) redução em partes relacionadas	-	1,3	(100,0)
(Aumento) redução em outros créditos	(10,3)	4,5	(327,4)
(Redução) aumento em fornecedores	33,5	96,7	(65,3)
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado	(56,8)	(50,3)	13,0
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	(89,2)	(44,7)	99,4
(Redução) aumento em tributos a pagar	(54,6)	(8,0)	578,4
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	(40,2)	14,6	(376,0)
(Redução) aumento em impostos e contribuições parcelados	(8,9)	(10,6)	(15,9)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	(216,1)	(176,2)	22,7
(Redução) aumento nas demais contas a pagar	2,3	42,4	(94,5)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	1.115,1	1.433,3	(22,2)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(32,8)	(76,6)	(57,2)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos	(401,6)	(381,2)	5,4
Juros de empréstimos e debêntures pagos	(424,4)	(556,3)	(23,7)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	256,3	419,2	(38,9)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Investimento) resgate de títulos e valores mobiliários	(1.644,6)	712,4	(330,9)
Adições ao imobilizado	(152,4)	(294,1)	(48,2)
Adições ao intangível	(291,9)	(383,5)	(23,9)
Caixa adquirido em combinação de negócio	0,8	1,9	(55,0)
Pagamentos por aquisição de controladas	(112,8)	(120,0)	(5,9)
Recebimento de garantia "Escrow" de ex-proprietários	321,5	-	-
Recebimento pela venda de controladas	345,4	104,7	229,9
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(1.533,9)	21,4	(7.272,5)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital	2.481,3	-	-
Alienções (aquisições) de ações em tesouraria	15,6	39,5	(60,6)
Aquisição participação de não controladores	-	(1.714,6)	(100,0)
Recebimento na oferta de ações de controlada	1.681,3	-	-
Emissão Debêntures	496,5	797,7	(37,8)
Captação de empréstimos e financiamentos	0,1	-	-
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(144,2)	(137,8)	4,7
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debentures	(1.261,5)	(343,0)	267,8
Pagamento de dividendos aos acionistas	-	(196,4)	(100,0)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	3.269,2	(1.554,5)	(310,3)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.991,6	(1.113,9)	278,8
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	371,7	1.485,6	(75,0)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas no fim do exercício	2.205,3	371,7	493,3
Caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas no fim do exercício	158,0	-	-
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.991,6	(1.113,9)	278,8

Caixa Líquido Aplicado nas (Gerado pelas) Atividades Operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais apresentou redução de R\$ 162,9 milhões, passando de um caixa gerado pelas operações de R\$ 419,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para um caixa gerado pelas operações de R\$ 256,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em decorrência de: (i) aumento no pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis que apresentou um aumento comparado a 2019 de R\$ 39,9 milhões, (ii) redução de adiantamento de clientes em R\$ 54,7 milhões (iii) Maior volume de pagamentos de fornecedores comparado com 2019 em R\$ 63,1 milhões, parcialmente compensado por outros itens de capital de giro da Companhia.

Caixa Líquido Aplicado nas (Gerado pelas) Atividades de Investimento

O caixa líquido das atividades de investimento apresentou redução de R\$ 1.555,3 milhões, passando de um caixa gerado de R\$ 21,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para um caixa aplicado de R\$ 1.533,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, substancialmente em decorrência das aplicações ocorridas nos títulos e valores mobiliários.

Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento

O caixa líquido das atividades de financiamento apresentou aumento de R\$ 4.823,7 milhões, passando de um caixa aplicado de R\$ 1.554,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para um caixa gerado de R\$ 3.269,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em decorrência do Follow on, do IPO da subsidiária Vasta, além de pagamentos de debêntures e da aquisição da participação de acionistas minoritários, no âmbito da operação de compra da Somos que ocorreu no exercício de 2019.

Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a geração de caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 1.991,6 milhões, ante uma aplicação de caixa e equivalente de caixa de R\$ 1.113,9 milhões em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.2 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

A receita bruta da Companhia é gerada pelos seus segmentos de negócio. A seguir apresentamos as principais operações que impactam a receita bruta de vendas e/ou serviços do grupo:

Kroton: Corresponde a operação de Ensino Superior Presencial, onde a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação, cursos técnicos, cursos de extensão, cursos livres, cursos de idiomas e outras, como: taxas de vestibular, emissão de diploma e aluguel de espaço para terceiros, além de outras taxas por serviços prestados aos alunos. Vale ressaltar que a Companhia, no reconhecimento da receita de alunos que utilizam o produto de parcelamento próprio (PEP), aplica uma política de registro do valor parcelado líquido do ajuste a valor presente.

Na modalidade de Ensino Superior à Distância, utilizamos nossa rede de Polos Parceiros para prover a prestação de serviços aos nossos alunos, incluindo cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Em contrapartida a estes serviços, o Polo recebe uma parcela da receita arrecadada pela Companhia. A receita do segmento de Ensino a Distância já é registrada líquida destes repasses aos Polos parceiros.

Vasta: Corresponde ao segmento de Educação Básica do Grupo, onde ampliamos nossa atuação de forma relevante através da incorporação do Grupo Somos em outubro de 2018, e posteriormente com a abertura de capital da Vasta Platform Limited. Com isso, passamos a ofertar um portfólio de soluções educacionais completo e integrado, estruturado em uma Plataforma Integrada de Serviços K-12, que engloba todos os produtos e serviços.

A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita bruta, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2021	AV ⁽¹⁾ 2021 (%)	2020	AV ⁽¹⁾ 2020 (%)	Variação 2021 x 2020 (%)
Receita Bruta	6.328,3	132,4	6.951,1	131,9	(9,0)
Kroton	4.454,9	93,2	5.118,9	97,1	(13,0)
Platos	103,7	2,2	97,2	1,8	6,7
Saber	54,0	1,1	56,0	1,1	(3,7)
Vasta	1.110,9	23,3	1.155,6	21,9	(3,9)
Outros	604,8	12,7	523,3	9,9	15,6
Deduções da Receita Bruta	(1.550,2)	(32,4)	(1.681,9)	(31,9)	(7,8)
Kroton	(1.322,3)	(27,7)	(1.482,8)	(28,1)	(10,8)
Platos	(7,0)	(0,1)	(5,9)	(0,1)	17,9
Saber	(7,5)	(0,2)	(3,0)	(0,1)	149,8
Vasta	(163,5)	(3,4)	(158,0)	(3,0)	3,5
Outros	(49,9)	(1,0)	(32,2)	(0,6)	55,1
Receita Líquida	4.778,1	100,0	5.269,1	100,0	(9,3)
Kroton	3.132,6	65,6	3.636,1	69,0	(13,8)
Platos	96,7	2,0	91,3	1,7	6,0
Saber	46,5	1,0	53,0	1,0	(12,4)
Vasta	947,4	19,8	997,6	18,9	(5,0)
Outros	554,9	11,6	491,1	9,3	13,0

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(em R\$ milhões, exceto se de outra forma indicado)	2020	AV ⁽¹⁾ 2020 (%)	2019	AV ⁽¹⁾ 2019 (%)	Variação 2020 x 2019 (%)
Receita Bruta	6.951,1	131,9	7.938,5	124,9	(12,4)
Kroton	5.118,9	97,1	6.203,8	97,6	(17,5)
Platos	97,2	1,8	90,6	1,4	7,2
Saber	56,0	1,1	54,7	0,9	2,4
Vasta	1.155,6	21,9	1.054,9	16,6	9,5
Outros	523,3	9,9	534,6	8,4	(2,1)
Deduções da Receita Bruta	(1.681,9)	(31,9)	(1.583,4)	(24,9)	6,2
Kroton	(1.482,8)	(28,1)	(1.423,8)	(22,4)	4,1
Platos	(5,9)	(0,1)	(9,0)	(0,1)	(34,0)
Saber	(3,0)	(0,1)	10,5	0,2	(128,5)
Vasta	(158,0)	(3,0)	(145,6)	(2,3)	8,5
Outros	(32,2)	(0,6)	(15,5)	(0,2)	107,6
Receita Líquida	5.269,1	100,0	6.355,2	100,0	(17,1)
Kroton	3.636,1	69,0	4.779,9	75,2	(23,9)
Platos	91,3	1,7	81,7	1,3	11,7
Saber	53,0	1,0	65,2	1,0	(18,7)
Vasta	997,6	18,9	909,3	14,3	9,7
Outros	491,1	9,3	519,1	8,2	(5,4)

⁽¹⁾ Percentual do total da Receita líquida.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os nossos Diretores entendem que os resultados de nossas operações foram impactados por diversos fatores para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021. Os quais estão descritos a seguir:

A Companhia manteve suas medidas de segurança e prevenção de riscos, seguindo as recomendações das autoridades de saúde e do comitê interno de crise do Grupo. Mesmo procedendo com o fechamento de suas unidades presenciais, a Companhia manteve a prestação dos serviços educacionais a partir de suas plataformas virtuais, obtendo excelentes níveis de adesão e engajamento por parte dos alunos. Assim sendo não houve interrupção na prestação dos serviços contratados pelos alunos.

Após avaliar os avanços ocorridos no processo de vacinação a partir do segundo semestre de 2021, e também considerar o recuo das medidas de distanciamento social e segurança, a Companhia realizou a reabertura parcial de algumas de suas unidades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança de seus professores e alunos, exclusivamente para realização de aulas práticas e/ou estágios (aulas teóricas ainda seguem no modelo digital).

A Companhia continuará atenta a novas orientações das autoridades de saúde, e também acompanhará os desdobramentos dos processos de vacinação, mantendo sempre seus acionistas atualizados sobre possíveis novos impactos da Covid-19 aos negócios do Grupo. Considerando um cenário que se apresenta de retomada da economia e de um retorno próximo a capacidade total de operação dos seus negócios, o Grupo continua monitorando as mudanças nas variáveis macroeconômicas dos negócios, bem como tem elaborado análises específicas em suas operações, a fim de obter a melhor estimativa de possíveis impactos em tempo real, permitindo com isso sua mitigação através de planos de reação e contingência.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Fechamento da transação de venda das escolas do Grupo e aquisição da Eleva

A Companhia, em 29 de outubro de 2021, através de suas controladas Somos Sistemas e Saber, realizou o fechamento da Transação Sistemas e da Transação Escolas, em conjunto a Editora Eleva. Com relação a Transação Sistemas, o preço base do sistema de ensino em 2021, foi de R\$ 611.554. Com relação a Transação de Escolas, foi avaliado um preço mínimo de venda estimado no montante de R\$717.177, com base nos resultados da SOE ao longo do exercício de 2021. O preço de venda das escolas pode ser positivamente impactado pelos resultados de 2022 a ser apurados no ano de 2023, sendo que o valor registrado nas Demonstrações Financeiras da Companhia já é o mínimo previsto contratualmente.

Projeto de reestruturação de polos ("Turnaround Kroton")

Adicionalmente, para o ano de 2020, especialmente com relação ao Ensino Superior, a Companhia realizou um estudo da viabilidade das suas operações no longo prazo, e iniciou um projeto de reestruturação dos seus polos, o que resultou em diminuição de algumas unidades, nas quais os alunos puderam decidir migrar para outras plataformas ou mesmo unidades próximas. Essa reestruturação no negócio teve como objetivo obter uma operação com uma margem maior, mais eficiente e com melhor geração de caixa, seguindo o planejamento de *turn around* da Companhia. Como resultado desses movimentos e conforme apresentado na nota explicativa 1.1 das Demonstrações Financeiras de 2020, para o segmento Kroton, houve a necessidade de reconhecimento de despesas no montante de R\$ 318.621, principalmente atreladas a impactos negativos decorrentes de multas contratuais por cancelamento de contrato, baixas de benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, e baixa de contratos de locação enquadrados nos critérios do IFRS 16.

Testes do ágio para verificação de "impairment" do valor recuperável por modalidade

A Companhia avalia no mínimo anualmente a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, foi verificado impacto:

No segmento "Saber", em decorrência de alteração na mensuração dos ativos envolvidos na operação de venda das escolas do Grupo, representadas pela empresa Somos Operações Escolares, e conforme mencionado na nota explicativa 1. Considerando as premissas destacadas na respectiva nota, a Companhia procedeu com alteração da mensuração dos ativos (anteriormente mensurados ao valor em uso), para o valor justo do caixa líquido esperado no encerramento da transação, impactando assim sua respectiva recuperação. O montante reconhecido em decorrência dessa desvalorização foi R\$ 200.121 no ano de 2021. O impacto desse reconhecimento está apresentado na rubrica de operações descontinuadas no Demonstrativo de Resultado do Exercício, conforme demonstrado na nota explicativa 4.

As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Premissa	Kroton	Platos	Vasta	Outros
Quantidade de alunos - base, captação e evasão	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,83% (anteriormente apresentado 5,48%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 12,30% (anteriormente apresentado 10,56%).;	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,83% (anteriormente apresentado 7,10%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 10,98% (anteriormente apresentado 10,22%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,83% (anteriormente apresentado 7,10%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 10,81% (anteriormente apresentado 10,22%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,83% (anteriormente apresentado 7,10%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 10,98% (anteriormente apresentado 10,22%).
	2. Ticket médio de captação sem reajuste em 2022 e IPCA em 2025. Para rematrícula, 2022 considera IPCA e 2023 IPCA + 5%.	2. Receita Líquida cresce a um CAGR 21-30 de 18%, principalmente pelo aumento constante de captação na modalidade EAD em cliente Kroton.	2. A curva de crescimento foi baseada no crescimento do valor anual de contrato (<i>Annual Contract Value</i> - ACV), e considerando um crescimento orgânico na receita de subscrição.	
	3. Base de alunos no canal Campus:	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2021 a 2030 de 27%, com ganho de eficiência devido a escalabilidade do negócio.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2021 a 2030 de 26% e aumento de margem EBITDA.	
	a. Com crescimento nas modalidades 100% online (CAGR 2022 a 2025 de 11,8%) e EAD Premium (CAGR 2022 a 2025 de 14,6%).			
	b. Estável na modalidade presencial com CAGR 2020 a 2025 de 3%.			

Em relação ao ano de 2020, e como resultado da reestruturação de polos comentada anteriormente, a Companhia revisou sua expectativa de realização do modelo de longo prazo de seus ativos, e procedeu com reconhecimento de perda ao valor recuperável no montante total de R\$ 4.126.163 (considerando operações continuadas e descontinuadas). Os negócios afetados por essa perda foram: (i) Kroton, no montante de R\$ 1.593.000, (ii) Saber no montante de R\$ 2.075.739 (alocado a rubrica de "resultado das operações descontinuadas", no demonstrativo de resultado do exercício), e (iii) Outros, no montante de R\$ 457.424.

Contas a receber – PCLD

A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda esperada analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 12 meses para o segmento Kroton e 18 meses para o segmento Vasta) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua "performance" de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre a série histórica de inadimplência de cada produto. Especificamente para o segmento Kroton, a metodologia de cálculo foi alterada durante o último trimestre do ano de 2020, de modo a considerar a probabilidade de perda na visão aluno, o qual considera todas as contas a receber em seu maior atraso, e as provisiona de acordo com o perfil de risco, definido por histórico de default, informações acadêmicas e dados financeiros. Cabe ressaltar que a

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados com vencimento maior de 360 dias.

Ativos e Passivos fiscais (impostos) diferidos

Considerando as mesmas premissas de sensibilização dos modelos de longo prazo utilizadas no teste de *impairment* de ágio e à revisão do planejamento de reorganização societária do Grupo, foram observados pela Companhia, em sua análise, indícios de redução dos valores registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro. Os saldos contábeis registrados em decorrência dessa revisão estão apresentados na nota explicativa 27.2.

(c) impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia quando relevante

Os nossos Diretores informam que a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são impactados por fatores diversos, como: (i) inflação; (ii) preços dos insumos necessários para a produção de livros didáticos; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro; e (iv) o nível de renda da população.

	2021	2020	2019
Crescimento do PIB (em %) ⁽¹⁾	4,6	-4,1	1,0
Inflação (IGP-M) (em %) ⁽²⁾	17,8	23,1	7,3
Inflação (IPCA) (em %) ⁽³⁾	10,1	4,5	4,3
CDI (em %) ⁽⁴⁾	4,4	2,8	6,0
TJLP (em %) ⁽⁵⁾	4,8	4,9	6,2
Taxa SELIC (em %)	9,2	1,9	4,4
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (em %)	-6,9	-22,4	-3,6
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$ 1,00	5,6	5,2	4,0

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

⁽¹⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país.

⁽²⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. A inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

⁽³⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor – Amplo, medido pela IBGE.

⁽⁴⁾ Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e anualizado. O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

⁽⁵⁾ Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

• Inflação e Preço de Insumos

Os nossos Diretores entendem que o nosso principal fator de impacto é a inflação, já que influencia diretamente nossos custos e despesas operacionais, ambos normalmente corrigidos por índices que refletem a oscilações inflacionárias, geralmente indexados ao IGP-M ou IPCA. Historicamente, reajustamos os preços das mensalidades e demais taxas em linha com a inflação esperada para o setor e seguindo a Lei das Mensalidades Escolares (Lei nº 9.870/99).

Da mesma forma, os preços dos nossos insumos sofrem efeitos da inflação. Na Educação Básica, tivemos o impacto da variação de preços dos insumos que são necessários para a produção de livros didáticos, no qual foi compensada com o reajuste realizado no valor cobrado das nossas escolas associadas.

Mitigamos também o impacto da inflação através de outras medidas, como o enobrecimento no *mix* de cursos no Ensino Superior, que possuem *tickets* médios maiores, incluindo cursos de Saúde e Engenharias.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Caso não consigamos mitigar o impacto do aumento no preço dos insumos, sofreremos uma redução de margem. Adicionalmente, cabe ressaltar que um aumento significativo na inflação pode reduzir o poder de consumo de nossos alunos e, conseqüentemente, sua capacidade de pagamento das mensalidades escolares.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram parcialmente repassados às mensalidades segundo a Lei das Mensalidades Escolares, equilibrando nossos resultados e limitando os efeitos da inflação. A maior parte dos nossos custos e despesas são representados por folha de pagamento (principalmente professores), que anualmente são reajustados segundo à convenção coletiva da categoria profissional em cada região em que nós atuamos no caso de nossos funcionários, e índices de inflação ou de mercado (como o CDI) que corrigem nossos contratos de aluguel. Nossos insumos não sofreram alterações significativas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

- ***Taxa de Juros e de Câmbio***

Os nossos Diretores entendem que estamos expostos a possíveis impactos originados pelas variações da taxa de juros. Contudo, nos últimos exercícios sociais potenciais variações incorridas tiveram um efeito imaterial no resultado financeiro, decorrente do perfil de saldo de caixa e endividamento da Companhia.

Um aumento na taxa de juros pode diminuir o poder de consumo do nosso aluno, o que pode gerar um impacto na renda destinada por ele à educação, afetando as nossas receitas.

A maior parcela de nossa dívida está sujeita à taxa de juros flutuantes expressa em reais cujo principal indexador é o CDI. Este indexador apresentou um aumento em 2021, sendo assim, nosso resultado financeiro líquido teve uma melhora em 31 de dezembro de 2021, comparado a 31 de dezembro de 2020, em decorrência de menor juros ocorridos nos pagamentos das debêntures e nos contratos de arrendamento por direito de uso em decorrência dos cancelamentos de contratos realizados em 2021. Já com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve uma piora em decorrência de novas captações de debêntures, o que gerou maior dispêndio de despesa financeira, além de juros incorridos sobre os contratos de arrendamento por direito de uso em decorrência da adoção ao IFRS 16.

Cabe ressaltar que as variações no câmbio não nos afetam diretamente, pois não possuímos títulos de dívida e recebíveis emitidos em moeda estrangeira, além de nenhum dos nossos custos ser atrelado diretamente a moeda estrangeira.

- ***Taxa de Desemprego no Brasil***

Considerando que a maior parte dos nossos alunos trabalham durante o dia e estudam à noite, uma piora na taxa de desemprego pode afetar negativamente nossos resultados, pois grande parte destes alunos depende de sua renda para pagar as mensalidades. Essa taxa impacta nossos indicadores de evasão, adimplência, captação e retenção de alunos. Em 31 de dezembro de 2021, o nível de desemprego permaneceu elevado, encerrando o período em 11,1%, impactando 12 milhões de brasileiros.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.3 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

No contexto do CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Cogna assinou, por meio de sua controlada Saber, e em conjunto à empresa Eleva Educação S.A ("Eleva"), um contrato de compra e venda de ações, pelo qual pactuou a venda da totalidade das ações de emissão da Somos Operações Escolares "SOE", responsável atualmente por toda operação de escolas próprias do Grupo Cogna ("Saber Escolas").

Em 29 de outubro de 2021, através da sua controlada Saber, realizou o fechamento da Transação Escolas, em conjunto a Editora Eleva. A Transação, foi avaliada por um preço mínimo de venda estimado no montante de R\$717.177, com base nos resultados da SOE ao longo do exercício de 2021. O preço de venda das escolas pode ser positivamente impactado pelos resultados de 2022 a ser apurados no ano de 2023, sendo que o valor registrado nas Demonstrações Financeiras já é o mínimo previsto contratualmente.

Desde 7 de outubro de 2019, está implementada uma nova estrutura de negócios, dentro de um conceito de *collection of companies (holding)* com quatro verticais de atuação, mas preservando os atributos de inovação, qualidade e tecnologia, sem se desprender do elevado nível de eficiência conquistado ao longo da história recente.

Para representar essa nova estrutura de negócios foi lançada a marca "Cogna" como a nova denominação corporativa reunindo todos os negócios da Companhia, em substituição a "Kroton" que passou a responder, exclusivamente, pelo segmento de B2C de Ensino Superior. Já as demais marcas dos negócios, que atendiam principalmente o cliente final, não sofreram qualquer alteração.

Dessa forma, após a reestruturação dos negócios da Companhia e desde o 1º trimestre de 2020, deixamos de ter 3 segmentos operacionais (Ensino Superior EAD, Ensino Superior à Distância e Educação Básica), para ter 5 novos: Kroton (B2C de ensino superior), Platos (B2B de ensino superior), Saber (B2C de educação básica), Vasta (B2B de educação básica) e outros negócios (PNLD, LFG, livros vendidos e cursos livre e preparatórios).

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

• ***Alienações***

Conforme mencionado no item "a", finalizamos a venda da totalidade das ações de emissão da Somos Operações Escolares "SOE", responsável atualmente por toda operação de escolas próprias do Grupo Cogna ("Saber Escolas").

• ***Aquisições realizadas em 2021***

- i. A Companhia, através de sua controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A, realizou em 02 de março de 2021 a aquisição da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social da Sociedade Educacional da Lagoa Ltda. ("SEL"), pelo montante total de R\$ 65.000. A SEL presta serviços técnicos e pedagógicos para plataformas educacionais, inclusive de manutenção tecnológica de tais plataformas, desenvolvimento e aprimoramento de conteúdos e de capacitação técnica. Fundada em 1997, atualmente a SEL atende, direta ou indiretamente, 441 escolas, 272 mil alunos do ensino fundamental e aproximadamente 503 mil alunos de ensino médio e do segmento de

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

educação continuada. O principal objetivo dessa transação é dar mais um passo importante na oferta de serviço totalmente digital aos alunos do ensino fundamental, fortalecendo o relacionamento comercial com clientes relevantes.

- ii. Em 24 de maio de 2021, a Companhia através de sua controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A., realizou a aquisição da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social da empresa Nota 1000 Serviços Educacionais S.A. ("Redação Nota 1000"), pelo montante total de R\$ 11.387. A Redação Nota 1000 é a maior e melhor plataforma de prática e correção de redações do Brasil e a primeira ferramenta a oferecer correção de redações online em três modalidades: (i) exclusivamente por especialistas em revisão (manual); (ii) de forma automatizada pelo software da empresa, com revisão final por um especialista (semiautomatizado); ou (iii) exclusivamente de forma automatizada pelo software da empresa. Fundada em 2014, a Redação Nota 1000 atendeu mais de 270 escolas e 700 mil alunos, com mais de 1,3 milhão de redações revisadas.
- iii. Em 01 de agosto de 2021, a Companhia através de sua controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A., adquiriu 100% de participação acionária na empresa EMME - Produções de Materiais em Multimídia ("EMME"), pelo montante total de R\$ 15.316, dos quais R\$ 3.063 foram pagos à vista, e o saldo remanescente (R\$ 12.253), está sujeito a alguns ajustes de preços pós-fechamento. A EMME fornece soluções de marketing para escolas, por meio de um banco de ações, eventos, campanhas e estratégias de marketing educacional ou com a criação de peças personalizadas para as escolas. Antes da aquisição, a EMME já era parceira estratégica da Vasta (controladora direta da Somos Sistemas), através da oferta de pacote básico às escolas parceiras. Fundada em 2005, a EMME já atendeu mais de 1.500 escolas. A contraprestação será dividida em parcelas no período de 4 anos (cada parcela ajustada pela variação positiva de 100% do IPCA).
- iv. Em 29 de outubro de 2021, conforme Fato relevante publicado ao mercado a Companhia, através de sua controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A. ("Somos Sistemas"), adquiriu a totalidade das ações de emissão da Editora de Gouges S.A. (nome atual da Editora Eleva S.A., "Editora"), que detém o sistema de ensino de educação básica comercializados pelo grupo da Eleva ("Transação Sistema de Ensino"). O valor base do Preço de Aquisição do sistema de ensino em 2021 (a ser apurado em 2022) é de R\$ 611.554 ("Preço de Aquisição Sistema de Ensino"), o qual será pago em parcelas ao longo de 5 (cinco) anos, atualizadas pela variação positiva do CDI, sendo que o pagamento da primeira parcela, no valor de R\$160.000, foi realizado na data da publicação do Fato Relevante (29/10/2021 – "fechamento da operação"). O montante restante será pago em três parcelas iguais e anuais, sendo a primeira com vencimento em 29 de outubro de 2024.

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial, na data dessa aquisição:

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

	SEL	Redação Nota 1000	EMME	ELEVA	Consolidado Total das combinações
Ativo circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.461	525	637	16.439	19.062
Contas a receber	180	1.327	1.082	18.189	20.778
Estoque	-	-	-	1.725	1.725
Tributos a recuperar	-	-	-	1.960	1.960
Outros Créditos	-	0	23	82	105
Total ativo circulante	1.641	1.852	1.742	38.395	43.630
Ativo não circulante					
Imobilizado	611	-	129	1.310	2.050
Total ativo não circulante	611	-	129	1.310	2.050
Total do ativo	2.252	1.852	1.871	39.705	45.680
Passivo circulante					
Fornecedores	-	180	12	1.107	1.299
Obrigações trabalhistas	1	115	599	2.871	3.586
Obrigações tributárias	50	216	103	5.232	5.601
Adiantamento de clientes	-	1.673	3	-	1.676
Impostos e contribuições parcelados	-	-	-	25	25
Total passivo circulante	51	2.184	717	9.235	12.187
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.442	-	-	-	7.442
Contingências	-	-	-	1.231	1.231
Demais contas a pagar	-	-	-	62.234	62.234
Total passivo não circulante	7.442	-	-	63.465	70.907
Total do passivo	7.493	2.184	717	72.700	83.094
Patrimônio líquido	(5.241)	(332)	1.154	(32.995)	(37.414)
Total do passivo e patrimônio líquido	2.252	1.852	1.871	39.705	45.680
Patrimônio líquido	5.241	332	(1.154)	32.995	37.414
Preço de Aquisição	65.000	11.387	15.316	611.554	703.257
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo	70.241	11.719	14.162	644.549	740.671
Destinação do ágio:					
Goodwill	48.352	4.927	7.371	332.122	392.772
Licença de Softwares	3.107	5.693	5.693	-	14.493
Non Compete	-	1.099	1.098	-	2.197
Carteira de clientes	18.782	-	-	312.427	331.209
Total	70.241	11.719	14.162	644.549	740.671

- Aquisições realizadas em 2020**

- Em 07 de janeiro de 2020, a controlada Somos Sistemas concluiu a aquisição da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social da Sociedade A & R Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Pluri"), sendo que os efeitos decorrentes de sua aquisição e também resultados, estão sendo representados nas demonstrações financeiras da Companhia a partir de 2020. Adicionalmente, a Somos Sistemas concluiu, em 13 de fevereiro de 2020, a aquisição da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social da Sociedade Mind Makers Editora Educacional Ltda. ("Mind Makers"). O principal objetivo destas aquisições é seguir o plano de expansão no setor B2B de ensino básico da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- ii. Ainda durante o ano de 2020, em 09 de março, e através de contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, a controlada EDE realizou a aquisição da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social da empresa Eduquer Serviços Educacionais Ltda. ("Eduquer"). O objetivo desta aquisição é aumentar a capacidade do Grupo em atender seus mais diversos polos e mantenedoras de ensino.
- iii. Em 20 de Novembro de 2020 a Companhia adquiriu, através de sua controlada Somos Sistemas, a totalidade das quotas representativas de 100% do capital social da empresa Meritt Informação Educacional Ltda – ME ("Meritt"), empresa que se dedica ao desenvolvimento comercialização e exploração de sistemas, plataformas de ensino e atividades relacionadas, inclusive internet.

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial, na data dessas aquisições:

	Consolidado				
	Pluri	Mind Makers	Eduquer	Meritt	Total das Combinações
Ativo circulante					
Total ativo circulante	17.712	3.895	150	1.099	22.856
Total ativo não circulante	299	89	111	-	499
Total do ativo	18.011	3.984	261	1.099	23.355
Passivo circulante					
Total passivo circulante	11.267	503	14	12	11.796
Total passivo não circulante	364	998	-	-	1.362
Total do passivo	11.631	1.501	14	12	13.158
Patrimônio líquido	6.380	2.483	247	1.087	10.197
Total do passivo e patrimônio líquido	18.011	3.984	261	1.099	23.355
Passivos Líquidos	(6.380)	(2.483)	(247)	(1.087)	(10.197)
Preço de Aquisição	27.706	23.586	480	7.530	59.302
Excesso do preço de aquisição	21.326	21.103	233	6.443	49.105
Destinação do ágio:					
Goodwill	11.221	5.043	233	6.443	22.940
Carteira de clientes	4.625	-	-	-	4.625
Marca	-	16.060	-	-	16.060
Mais valia de estoques	5.480	-	-	-	5.480
	21.326	21.103	233	6.443	49.105

Aquisições realizadas em 2019

Em 21 de janeiro de 2019, a EDE concluiu a aquisição da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social do Centro de Ensino Superior de Marabá Ltda. ("CEMAR"), Centro de Ensino Superior de Parauapebas Ltda. ("CEPAR") e Centro de Ensino Superior de Paragominas Ltda. ("CESUPAR") em conjunto "Faculdade Metropolitana". O principal objetivo da aquisição é seguir o plano de expansão no setor de ensino superior da Companhia. Maior detalhamento dos principais grupos de contas do balanço patrimonial afetados na data de aquisição está apresentados às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Em 22 de março de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deferiu o pedido de registro de oferta pública obrigatória para a aquisição pela SABER das ações remanescentes de emissão da SOMOS cumulados com pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da SOMOS perante a CVM ("OPA") e consequente saída da SOMOS do Novo Mercado.

Em 07 de maio de 2019, conforme publicado na nota explicativa 4.1 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi realizado o leilão da oferta pública de ações ("OPA") relativo à aquisição, pela Saber, da empresa Somos Educação, realizada em abril de 2018. Os resultados, após à confirmação oficial pela B3, demonstraram que a Saber adquiriu

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

69.423.445 ações ordinárias de emissão da Somos, equivalentes a 26,48% de seu capital social, ao preço de R\$ 24,55 por ação, na data da liquidação. Assim sendo, a Saber passou a ser titular, direta e indiretamente, de 261.698.903 ações ordinárias de emissão da Somos, o que representava aproximadamente 99,84% do seu capital social. Considerando que a quantidade de ações adquiridas pela Saber no leilão superou o montante mínimo necessário ao cancelamento do registro de companhia aberta da Somos, que é de 2/3 das ações em circulação habilitadas no leilão, a Somos deu prosseguimento aos atos necessários ao seu respectivo cancelamento de registro, o que ocorreu em 22 de maio de 2019, através de deferimento enviado por meio de ofício da CVM.

Por fim, em 11 de junho de 2019, a Somos comunicou a seus acionistas que procedeu ao pagamento do valor de resgate de até 378.807 ações ordinárias de sua própria emissão em circulação, equivalentes a aproximadamente 0,16% do total de ações emitidas, o que representava a totalidade das ações ordinárias remanescentes com os acionistas minoritários após o leilão no âmbito da OPA. Maiores informações com relação aos saldos e premissas utilizadas nos cálculos estão apresentadas na nota explicativa 4 das referidas demonstrações financeiras citadas anteriormente.

(c) eventos ou operações não usuais

• ***Ganho patrimonial em emissão de ações de controlada***

Em 30 de julho de 2020, a Controlada Vasta Platform Ltda. ("Vasta") nos termos do US Securities Act de 1933 ("Oferta"), realizou a oferta pública inicial do negócio fixado no preço de US\$ 19,00 por ação de classe A de emissão, perfazendo o montante total de US\$ 352.934.438,00, mediante a emissão de 18.275.492 novas ações classe "A". Adicionalmente, foi outorgada aos coordenadores da Oferta uma opção de compra por 30 dias de até 2.786.323 ações classe A ao preço da Oferta, descontados o desconto de subscrição. Considerando o exercício integral pelos coordenadores da Oferta da opção para adquirir a totalidade das ações classe A adicionais, os recursos brutos da Oferta seriam de US\$ 405.874.485,00. As ações classe A da Vasta começaram a ser negociadas na NASDAQ em 31 de julho de 2020 e foram liquidadas em 04 de agosto de 2020, sendo que o montante total recebido em caixa pela Vasta nessa operação foi de R\$1.681,342, já líquido dos custos de emissão. Como resultado da subscrição e integralização das novas ações no momento da oferta, a Companhia registrou ajuste patrimonial de R\$ 740.317 refletindo a valorização patrimonial ocorrida na Vasta, reduzindo a participação da Cogna na Vasta de 100% para 77,62%.

Considerando o prejuízo ocorrido durante o último exercício, a Companhia consumiu parcialmente os saldos dessa rubrica, no montante total de R\$ 1.363.845.

Dadas essas movimentações, o saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 5.606.349 (R\$ 5.640.562 em 31 de dezembro de 2020).

• ***Ativos e passivos mantidos para venda***

Conforme mencionado anteriormente, e no contexto do CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Cogna assinou, por meio de sua controlada Saber, e em conjunto à empresa Eleva Educação S.A ("Eleva"), um contrato de compra e venda de ações, pelo qual pactuou a venda da totalidade das ações de emissão da Somos Operações Escolares "SOE", responsável por toda operação de escolas próprias do Grupo Cogna ("Saber Escolas"), sendo que essa transação foi concluída em outubro de 2021. Assim sendo a Companhia, durante o ano de 2020, reclassificou os saldos constantes no Balanço Patrimonial da operação de escolas para a rubrica de "ativos mantidos para venda", e "passivos mantidos para venda", conforme orienta o referido CPC 31. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando os impactos da baixa dessas operações, não existem saldos patrimoniais a ser destacados nessas rubricas.

Com relação as movimentações ocorridas no resultado da Companhia oriundas da operação de escolas do Grupo, as mesmas foram reclassificadas para linha específica do Demonstrativo de Resultado, denominada "operações descontinuadas". A seguir apresentamos os principais

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

impactos no período de 10 meses de 2021 (anterior ao fechamento da operação):

Demonstrativo de Resultado do Exercício

	31/10/2021
Receita líquida de vendas e serviços	503.898
Custo das vendas e serviços	(282.830)
Lucro bruto	221.068
Receitas (despesas) operacionais	
Com vendas	(8.560)
Gerais e administrativas	(226.835)
Provisão para perda esperada	(8.009)
Perda por redução ao valor recuperável	(200.121)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas (i)	240.043
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e impostos	17.586
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	12.006
Despesas financeiras	(75.570)
	(63.564)
Prejuízo operacional antes dos impostos	(45.978)
Imposto de renda e contribuição social	
Correntes	(8.588)
Diferidos	3.104
	(5.484)
Prejuízo das operações descontinuadas	(51.462)

- (i) Composto substancialmente pelo resultado apurado na venda da operação de escolas do Grupo, e que considera a baixa do custo dos ativos atrelados a essa operação no montante de R\$ 511.671, em contrapartida a receita obtida na venda, no montante de R\$726.916.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis****CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro (Conceptual Framework) – Valida a partir de 01 de janeiro de 2020**

Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Estas alterações foram efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não foram verificados impactos relevantes às Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 48 / IFRS 9 – Recurso de pagamento antecipado com compensação negativa - Valida a partir de 01 de janeiro de 2020

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil - Valida a partir de 01 de janeiro de 2019

A nova norma substituiu a IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil”, e correspondentes interpretações, trazendo alterações significativas para arrendatários, ao requerer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma apenas determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Neste cenário, os arrendamentos contratados impactarão as informações financeiras conforme segue:

a) reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento;

b) reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração consolidada do resultado; e

c) separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo IFRS 16 / CPC 16 (R2).

Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando, se, contém, ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16 / CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, e valores menos representativos advindos de outras operações onde identificamos a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro - Valida a partir de 01 de janeiro de 2019

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

O ICPC 22 (IFRIC 23) foi publicado com o objetivo de esclarecer os critérios contábeis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de tributos sobre os lucros na existência de incertezas no que diz respeito a aplicação da legislação tributária, os quais não estavam claros os procedimentos a serem aplicados no CPC 32 ou no CPC 25, ficando a cargo muitas vezes de aplicação de critérios diferentes entre as empresas, o que dificultava a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Descrevemos abaixo os principais esclarecimentos trazidos pela norma:

(i) Determinação do lucro tributável

A entidade deve considerar a probabilidade de que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto. Se a entidade concluir que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade deve determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados ou alíquotas fiscais consistentemente com o tratamento fiscal utilizado ou planejado para ser utilizado em sua declaração de tributos sobre o lucro.

Se a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação do respectivo lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais para fins de definição dos reflexos contábeis.

(ii) Mensuração dos efeitos das incertezas

A entidade deve determinar se deve considerar cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos, com base na abordagem que melhor estima a resolução da incerteza, bem como deve refletir o efeito da incerteza para cada tratamento fiscal incerto, utilizando um dos seguintes métodos, optando pelo que forneça a melhor previsão da resolução da incerteza:

- a) Valor mais provável – o único valor mais provável em um conjunto de resultados possíveis. O valor mais provável pode fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza se os resultados possíveis forem binários ou estiverem concentrados em um valor;
- b) Valor esperado – a soma de valores de probabilidade ponderada na faixa de resultados possíveis. O valor esperado pode fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza se houver um conjunto de resultados possíveis que não são nem binários nem concentrados em um valor.

(iii) Exame por autoridades fiscais

A entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

Portanto, o risco da entidade estar ou não sujeita a fiscalização ("risco de detecção") não deve ser levado em consideração para fins de reconhecimento do tratamento fiscal incerto.

(iv) Mudanças em fatos e circunstâncias

A entidade deve refletir o efeito da mudança em fatos e circunstâncias ou de novas informações, como uma mudança na estimativa contábil, aplicando o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A entidade deve aplicar o CPC 24 – Evento Subsequente para determinar se a mudança ocorrida após o encerramento do período contábil é evento que requer ajustes ou não.

(v) Data de vigência e transição

A vigência da aplicação é para períodos de relatórios anuais iniciados em 01 de janeiro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Quanto ao período de transição, a entidade deve aplicar a norma:

- (a) retrospectivamente, aplicando o CPC 23, se isso for possível sem o uso de fatos e conhecimentos posteriores; ou
- (b) retrospectivamente, com o efeito cumulativo de aplicar inicialmente esta Interpretação reconhecida na data da aplicação inicial. Se a entidade escolher essa abordagem de transição, ela não deve refazer as informações comparativas. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer o efeito cumulativo de aplicar inicialmente esta Interpretação como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado). A data da aplicação inicial é o início do período de relatório anual em que a entidade aplica esta Interpretação pela primeira vez.

O Grupo Cogna optou pela regra de transição prevista no item “b” com ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados, sem refazer as informações comparativas.

As seguintes normas entrarão em vigor em período posterior à emissão das Demonstrações Financeiras:

CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguros

Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11 / IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 – Contratos de seguro é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes, que representem de forma fidedigna a essência destes contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente. Este pronunciamento é aplicável aos períodos de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

CPC 32 / IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos

As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento.

Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12.

Este pronunciamento é aplicável aos períodos de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**Adoção do IFRS 16/CPC 06 (R1)**

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Por sua vez, em decorrência da adoção do IFRS 16, em 01 de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu os seguintes valores aos saldos de abertura de seu balanço patrimonial consolidado:

	Divulgado 31/12/2018	Adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16	Consolidado Saldo em 01/01/2019
	(Reapresentado nota 2.1)		
Ativo circulante			
Contas a Receber	1.940.313	794	1.941.277
Ativo não circulante			
Contas a Receber	694.283	8.275	702.558
Imobilizado	2.494.528	3.436.230	5.930.758
Impostos Diferidos	748.501	107.115	855.284
Total do ativo	5.877.625	3.552.414	9.429.707
Passivo circulante			
Arrendamentos a Pagar	-	137.307	137.307
Passivo não circulante			
Arrendamentos a Pagar	-	3.618.270	3.618.270
Impostos Diferidos	879.977	-	879.977
Total do Passivo	879.977	3.755.577	4.635.554
Patrimônio Líquido			
Lucros Acumulados	5.287.505	(203.163)	5.084.010
Total do Patrimônio Líquido	5.287.505	(203.163)	5.084.010

ICPC 22 / IFRIC 23

A conclusão da avaliação quanto aos potenciais impactos decorrentes da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23) a partir do exercício de 2019 é a seguinte:

- a) Houveram impactos decorrentes da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23), sendo: (i) para a incerteza relacionada a dedutibilidade da despesa com PLR relativa aos valores pagos aos administradores, R\$ 39.730, sendo: R\$ 38.243 registrado no patrimônio líquido, e R\$ 1.487 registrado no resultado do exercício, e; (ii) para a incerteza relacionada a dedutibilidade sobre as alocações do ágio nas aquisições de controladas no montante de R\$ 36.877, sendo este valor alocado integralmente ao resultado do exercício. O montante destes impactos totaliza R\$ 76.607;
- b) Não houveram impactos da aplicação da norma aos processos administrativos e judiciais em discussão com as autoridades fiscais.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Abaixo destacamos as duas ênfases presentes no relatório do auditor nas Demonstrações Financeiras elaboradas em 31 de dezembro de 2021:

Impacto da COVID-19, atingimento de índice financeiro e de outros efeitos operacionais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em continuidade as divulgações realizadas durante o último exercício, a Companhia manteve suas medidas de segurança e prevenção de riscos, seguindo as recomendações das autoridades de saúde e do comitê interno de crise do Grupo. Mesmo procedendo com o fechamento de suas unidades presenciais, a Companhia manteve a prestação dos serviços educacionais a partir de suas plataformas virtuais, obtendo excelentes níveis de adesão e engajamento por parte dos alunos. Assim sendo não houve interrupção na prestação dos serviços contratados pelos alunos.

Após avaliar os avanços ocorridos no processo de vacinação a partir do segundo semestre de 2021, e também considerar o recuo das medidas de distanciamento social e segurança, a

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Companhia realizou a reabertura parcial de algumas de suas unidades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança de seus professores e alunos, exclusivamente para realização de aulas práticas e/ou estágios (aulas teóricas ainda seguem no modelo digital).

A Companhia continuará atenta a novas orientações das autoridades de saúde, e também acompanhará os desdobramentos dos processos de vacinação, mantendo sempre seus acionistas atualizados sobre possíveis novos impactos da Covid-19 aos negócios do Grupo. Considerando um cenário que se apresenta de retomada da economia e de um retorno próximo a capacidade total de operação dos seus negócios, o Grupo continua monitorando as mudanças nas variáveis macroeconômicas dos negócios, bem como tem elaborado análises específicas em suas operações, a fim de obter a melhor estimativa de possíveis impactos em tempo real, permitindo com isso sua mitigação através de planos de reação e contingência.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

No entendimento de nossos Diretores, as nossas principais políticas contábeis críticas são apresentadas logo abaixo, sendo que essas foram aplicadas de modo consistente e de forma uniforme para todos os períodos e exercícios sociais apresentados, salvo disposição em contrário.

Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.

Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle, isto é, quando está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os investimentos em controladas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto (quando aplicáveis) são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

<u>Sociedades consolidadas</u>	Participação %	
	31/12/2021	31/12/2020
Controlada direta:		
AESAPAR - Anhanguera Educacional Participações S.A.	85,56	85,56
Controladas indiretas AESAPAR:		
AESAPRO - Clínica Médica Anhanguera Ltda.	99,99	99,99
Juspodivm - Instituto Excelência Ltda.	99,99	99,99
Edufor - Edufor serviços educacionais Ltda. – ME	99,99	99,99
ICF - Sociedade Piauiense de ensino superior Ltda.	99,99	99,99
Fateci Cursos Técnicos S/S.	99,99	99,99
Clauder Ciarlini Filho S/S.	99,99	99,99
Sociedade Educacional da Paraíba Ltda.	99,99	99,99
Bacabal Mearim Sistemas de Ensino Ltda.	99,99	99,99
Platos Soluções Educacionais S.A	31,93	35,36
Saraiva Educação S.A.	0,46	0,00
Controlada direta:		
EDE - Editora e Distribuidora Educacional	99,99	99,99
Controladas indiretas EDE:		
Orme - Orme Serviços Educacionais	99,99	99,99
Projecta - Projecta Educacional	99,99	99,99
Cepar - Centro De Ensino Superior De Parauapebas Ltda	99,99	99,99
Cemar - Centro De Ensino Superior De Maraba Ltda	99,99	99,99
Cesupar - Centro De Ensino Superior De Paragominas Ltda	99,99	99,99
União - União de Ensino Unopar	99,99	99,99
Unic Educacional	99,99	99,99
PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade	99,99	99,99
Platos Soluções Educacionais S.A	68,07	64,64
Eduquer Serviços Educacionais Ltda.	99,99	99,99
AESAPAR - Anhanguera Educacional Participações S.A.	14,44	14,44
Saber - Saber Serviços Educacionais S.A.	37,96	37,96
Controlada indireta Unic Educacional:		
Unime Salvador - Iuni Educacional	99,99	99,99
Controlada direta:		
Saber - Saber Serviços Educacionais S.A.	62,04	62,04
Controladas indiretas Saber:		
Somos Idiomas S.A.	99,99	99,99
Editora Scipione S.A.	84,17	84,17
Editora Ática S.A.	70,28	70,28
Somos Educação S.A.	99,99	99,99
Saraiva Educação S.A.	81,48	81,85
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	70,28	70,28
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	0,09	0,09
Somos Operações Escolares (i)	0,00	99,99
Controladas indiretas Editora Atica:		
SB Sistemas	99,70	99,70
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	99,91	99,99
Controladas indiretas Saraiva Educação:		
Editora Pigmento Ltda.	99,99	99,99
Editora Joaquim Ltda.	99,99	99,99
Editora Todas as Letras Ltda.	99,99	99,99
Saraiva Gestão de Marcas Ltda.	50,00	50,00
Controladas indiretas Somos Operações Escolares (i):		
Colégio Ambiental Ltda.	0,00	99,99
Colégio Visão Ltda.	0,00	99,99
Sociedade Educacional NEODNA Cuiabá Ltda.	0,00	99,99
Colégio do Salvador Ltda.	0,00	99,99
Colégio Motivo Ltda. ("Grupo Motivo")	0,00	99,99
Cursos e Colégios Coqueiros Ltda.	0,00	99,99
Colégio Integrado Jaó Ltda.	0,00	99,99
Escola Santo Inácio Ltda.	0,00	99,99

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Sistema P.H. de Ensino Ltda.	0,00	99,99
Escola Riacho Doce Ltda.	0,00	99,99
Sociedade Educacional Doze de Outubro Ltda. ("Anglo 21")	0,00	99,99
ECSA - Escola a Chave do Saber S/S Ltda.	0,00	99,99
Colégio Cidade Ltda.	0,00	99,99
Sociedade Educacional Paraná Ltda. ("Maxi Cuiabá")	0,00	99,99
Sociedade Educacional de Rondonópolis Ltda.	0,00	99,99
Sociedade Rondonopolitana de Educação Ltda.	0,00	99,99
ACEL - Administração de Cursos Educacionais Ltda. ("Sigma")	0,00	99,99
CEI - Centro de Educação Integrada Ltda.	0,00	51,00
Controladas indiretas CEI:		
Escola Infantil Primeiros Passos EIRELI	0,00	99,99
SL Noventa Centro Educacional EIRELI	0,00	99,99
Colégio Manauara Latu Sensus Ltda.	0,00	99,99
Leal e Sanches Ltda.	0,00	99,99
Núcleo Brasileiro De Estudos Avançados Ltda.	0,00	99,99
Sanches Serviços De Educação Ltda.	0,00	99,99
Sociedade Educacional Alphaville S.A.	0,00	51,00
Controladas indiretas ACEL:		
Papelaria Brasileira S.A.	0,00	99,99
Escola Mater Christi Ltda.	0,00	99,99
Controladas indiretas Somos Educação:		
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	29,72	29,72
Editora Ática S.A.	29,72	29,72
Maxiprint Editora Ltda.	99,99	99,99
Stood Sistemas e Treinamento à Distância Ltda.	99,99	99,99
Somos Educação Investimentos S.A.	99,99	99,99
Editora Scipione S.A.	15,83	15,83
Saraiva Educação S.A.	18,07	18,15
Controladas indiretas Stood Sistemas:		
Eligis Tecnologia E Inovação Ltda	99,99	99,99
Controladas indiretas Somos Educação Investimentos:		
Educação Inovação e Tecnologia S.A. ("AppProva")	99,99	99,99
Nice Participações S.A.	99,99	99,99
Controlada direta:		
SB Sistemas de Ensino	0,30	0,30
Controlada direta:		
Vasta Platform	77,62	77,62
Controladas indiretas Vasta Platform:		
Somos Sistemas de Ensino S.A.	99,99	99,99
Controladas indiretas Somos Sistemas:		
Livraria Livro Fácil Ltda.	99,99	99,99
Colégio Anglo São Paulo Ltda	99,99	99,99
A & R Comercio e Serviços de Informática Ltda ("Pluri")	99,99	99,99
Mind Makers Editora Educacional	99,99	99,99
Meritt Informação Educacional Ltda – ME	99,99	99,99
Sociedade Educacional da Lagoa ("SEL") (ii)	99,99	0,00
Nota 1000 Serviços Educacionais Ltda ("Redação Nota 1000") (ii)	99,99	0,00
Emme - Produções de Materiais em Multimídia Ltda. (ii)	99,99	0,00
Editora Gouges S.A. (ii)	99,99	0,00

(i) Empresas controladas pela Somos Operações Escolares ("SOE"), e que foram envolvidas na "Transação Escolas" em conjunto a Eleva, conforme apresentado com maior detalhe nas notas explicativas 1 e 4.

(ii) Durante o ano de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade da participação nas empresas SEL, Redação Nota 1000, EMME e Editora de Gouges, por meio de sua controlada indireta Somos Sistemas. Maiores detalhes sobre essas aquisições estão apresentados na nota explicativa 5.

b) Participação de acionistas não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

c) Combinações de Negócios

Em conformidade com as disposições do CPC 15 - Combinações de negócio as aquisições são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades de uma entidade atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. As combinações de negócios ocorridas durante o exercício estão descritas com maior detalhamento na nota explicativa 5.

d) Segmento operacional

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas na Companhia.

Desde o ano de 2020, e em acordo com a nova visão de negócios do Grupo, a Diretoria Executiva considera o negócio da perspectiva dos serviços prestados aos clientes possuindo 5 (cinco) principais segmentos operacionais, sendo eles:

- (i) **Kroton:** Vertical de B2C (*Business to consumer*) de Ensino Superior que atua nas modalidades presencial e à distância (EAD). Os resultados operacionais são regularmente analisados pelo principal gestor desse segmento considerando a totalidade dos negócios registrados, mesmo para as modalidades presencial e EAD. Apesar da receita dessas duas modalidades ter origens distintas, os custos são parcialmente compartilhados, considerando que mesmo para os cursos presenciais já tem mais de 40% de matérias sendo realizadas pelo aluno na modalidade à distância, além disso as unidades presenciais são utilizadas como polos à distância e compartilha os gestores e times administrativos;
- (ii) **Platos:** A vertical B2B2C (*Business to Business to Consumer*) do Ensino Superior, atualmente oferta produtos e serviços de Educação Continuada, nas modalidades presencial e à distância. O objetivo desse segmento é se tornar uma plataforma completa de conteúdo e soluções para qualquer instituição de Ensino Superior do país, oferecendo serviços de pós-graduação a seus alunos.
- (iii) **Saber:** Vertical B2C (*Business to Consumer*) da Educação Básica que compreende todas as 54 escolas próprias ou com contratos de gestão, atuante em 11 estados. Ao conectar esse grupo de escolas, é possível potencializar cada uma delas, preservando seu método de ensino. Em dezembro de 2020, em virtude dos processos de negociação da operação de escolas com a Editora Eleva, e em atendimento ao CPC 31, houve a reclassificação dos saldos contábeis para a linha de "resultado das operações descontinuadas" no Demonstrativo de Resultado do Exercício. Assim sendo, o saldo apresentado na nota explicativa 36 é relativo a operação de cursos de idiomas ("Red Balloon").
- (iv) **Vasta:** Vertical que atende ao mercado B2B (*Business to Business*) de Educação Básica, compreendendo a plataforma de serviços às escolas, que oferece uma gama de produtos e soluções educacionais, incluindo serviços digitais que apoiam o processo de gestão da escola. A receita possui um conceito de modelo de subscrição com contratos de longo prazo. A Vasta tem como principais marcas a Somos Educação, Anglo, PH, Saraiva, etc.
- (v) **Outros:** Atualmente composto pelos produtos de Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS"), estudos preparatórios para concursos e OAB e ensinos de idiomas ofertados durante a graduação, além de englobar também a operação que presta serviços à Educação Básica Pública B2Gov (*Business to Government*), e participando do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

e) Unidades Geradoras de Caixa – (“UGC”)

Para fins de avaliação de impairment, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo: (i) Kroton; (ii) Platos; (iii) Saber; (iv) Vasta, segregados em Conteúdo e Digital, e; (v) Outros, segregados em SETS e PNLD. Para maiores informações sobre as análises de *impairment*, vide nota explicativa 17.

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, além dos títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a receber pela venda de controladas.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem empréstimos e debêntures, além de saldos a pagar a fornecedores e operações de risco sacado.

O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo reconhece as perdas esperadas a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e conforme as faixas de vencimento dos títulos e rolagem entre as faixas, conforme descrito na nota explicativa 9 (c).

Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pelo Grupo.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente por valor igual ao preço estimado da transação.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "*impairment*". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento. Especificamente para a unidade de negócios Vasta, considera-se o período de 540 dias do vencimento.

A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda esperada analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 12 meses para o segmento Kroton, e 18 meses para o segmento Vasta) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua "*performance*" de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e históricas de inadimplência de cada produto. Especificamente para o segmento Kroton, a metodologia de cálculo foi alterada durante o último trimestre do ano de 2020, de modo a considerar a probabilidade de perda na visão aluno, o qual considera todas as contas a receber em sua data de vencimento mais antiga, e as provisiona de acordo com o perfil de risco, definido por histórico de *default*, informações acadêmicas e dados financeiros. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados com vencimento maior de 360 dias.

Adicionalmente, o cálculo da provisão para perdas esperadas considera uma expectativa de recuperação dos títulos renegociados, baseado na média histórica do evento caixa da entrada da renegociação com o aluno.

Com relação ao PEP – Parcelamento Especial Privado - a Companhia constitui provisão para perda esperada relacionada aos recebíveis, utilizando o percentual de 60% da respectiva receita líquida, o qual reflete a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência. Este percentual leva em consideração principalmente: a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e b) o percentual de evasão histórica de alunos. Esse percentual é reavaliado com base nos títulos em aberto na data base das contas a receber, conforme apresentado na nota explicativa 9. Adicionalmente a Companhia não oferta mais esse produto para novos ingressantes desde o ano de 2021.

Com relação ao PMT – Parcelamento de Matrícula Tardia, a Companhia segue processo análogo ao citado anteriormente com relação ao PEP, entretanto, a constituição de provisão para perda esperada relacionada aos recebíveis é realizada considerando o percentual de 63,2% da respectiva receita líquida.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o que for menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projetos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação as quais são analisadas e avaliadas periodicamente quanto a expectativa de realização destes estoques. A Administração avalia periodicamente a necessidade de enviar tais produtos para destruição.

Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de mensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da entidade e que:

- (i) Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- (ii) É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- (iii) É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e nos trimestres intermediários do ano de 2021 anteriores ao fechamento da transação com a Eleva, a Companhia procedeu com reclassificação dos ativos e passivos envolvidos nos processos de negociação da venda das operações de escolas do Grupo Cogna à Eleva, e em cumprimento ao disposto no CPC 31, para a linha de "ativos mantidos para venda" e "passivos assumidos para venda".

Ainda conforme orienta o supracitado CPC 31, os impactos ao resultado do exercício atrelados ao negócio "escolas", também foram reclassificados para linha específica no demonstrativo de resultado do exercício, denominada "resultado das operações descontinuadas". Maiores informações estão apresentadas na nota explicativa 4.

Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil (anos)	
	2021	2020
Equipamentos de informática	5	5
Móveis, equipamentos e utensílios	10	10
Biblioteca	10	10
Edificações e benfeitorias ¹	25	20

- (i) As edificações e benfeitorias tem vida útil definida de acordo com o prazo de vencimento do contrato de locação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado.

Intangível

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) e são compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, softwares, relacionados as licenças de programas de computador, marcas registradas, licenças de operação, além do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente de combinação de negócio, e também as relações com clientes, contratuais ou não. Adicionalmente, é realizada anualmente a revisão de vida útil dos ativos intangíveis. A seguir apresentamos maior detalhamento de cada um deles:

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis, e passivos assumidos em uma combinação de negócios.

b) Softwares e produção de conteúdo

As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares, em torno de 5 anos.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas.

Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

c) Marcas registradas

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 19 a 30 anos.

d) Licença de operação e rede parceira de polo

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto próprio quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

e) Relações contratuais com clientes ("carteira de clientes")

As carteiras de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

f) Relações não contratuais com clientes ("acordo de não concorrência")

O relacionamento não contratual com clientes, ou carteira de alunos, representa um ativo intangível chave que é separável e com valor distinto dos ativos tangíveis adquiridos e do ágio. O Relacionamento não contratual com clientes tem vida útil definida de 3 a 14 anos e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

"Impairment" de ativos não financeiros

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de *impairment*, esses ativos são agrupados na menor unidade geradora de caixa para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo: (i) Kroton, (ii) Platos, (iii) Saber, (iv) Vasta, incluindo Conteúdo e Digital, e (v) Outros, incluindo SETS e PNLD.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Maiores informações relativas ao teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de ágio estão descritas na nota explicativa 17(b).

Fornecedores (incluindo risco sacado)

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada "Fornecedores – risco sacado". Nas demonstrações do fluxo de caixa, estes valores são alocados como atividade operacional, visto que tal transação tem caráter semelhante à de contas a pagar aos fornecedores.

Empréstimos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

Arrendamento por direito de uso

Desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia adota o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos que possuía de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Não se enquadram nesse contexto os contratos que possuem duração inferior a 12 meses, ou de baixo valor.

O reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial é inicialmente realizado considerando a mensuração pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento. Adicionalmente, nas Demonstrações dos Fluxos de caixa da Companhia, é realizada separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais).

Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Passivos assumidos na combinação de negócio

No contexto do CPC 15 - Combinação de negócios - a Companhia, com base nos relatórios dos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

seus assessores jurídicos e financeiros, provisiona os passivos assumidos na combinação de negócio. Estes são reconhecidos quando a Companhia encontra potenciais não conformidades em relação a práticas passadas de controladas adquiridas pela Companhia quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, cível e tributária e relacionadas ao período que pertencia aos vendedores das empresas adquiridas.

A Companhia reconhece, contabilmente, as potenciais obrigações resultantes de eventos passados cujo valor justo possa ser razoavelmente mensurado, ainda que dependa da ocorrência de eventos futuros para que se materialize em contingências.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado.

O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As entidades de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) as instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. A normativa tem validade até o ano de 2024, sendo renovável por mais 10 anos.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas empresas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

Prejuízo por ação básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O prejuízo diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem opções de compra de ações com potenciais efeitos diluidores.

Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia também fornece à sua equipe comercial comissões considerando as metas de vendas e receitas existentes, as quais são revisadas periodicamente. Esses valores são provisionados em "obrigações trabalhistas" mensalmente com base no atingimento de tais metas, sendo os pagamentos realizados em certos períodos do ano.

Pagamento baseado em ações

a) Programa de opção de compra de ações

O Grupo oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos o programa de opção de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

b) Plano de outorga de ações restritas

Foi aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de setembro de 2018, a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto. O valor justo das ações restritas outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia na data da outorga e a concessão das ações restritas será realizada a título não oneroso aos participantes, por meio da transferência de ações mantidas em tesouraria.

Em 31 de julho de 2020 a Cogna Educação S.A., acionista da Vasta Platform Limited, aprovou a criação do Plano de Ações Restritas de sua controlada Vasta com o objetivo de aumentar o envolvimento dos beneficiários elegíveis na criação de valor e lucratividade da controlada, bem como os incentivar a fazer contribuições significativas para o desempenho e crescimento da Vasta Platform Limited a longo prazo, sendo que o valor justo das ações restritas outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da subsidiária Vasta na data da outorga e a concessão das ações restritas será realizada a título não oneroso aos participantes, por meio da transferência de ações mantidas em tesouraria.

c) Plano de Performance Shares

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os acionistas da Companhia aprovaram, em 28 de abril de 2021, a criação do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Performance Shares"), o qual tem por objetivo permitir que os outorgados recebam opções que lhes darão o direito de, sujeito a determinadas condições de performance, adquirir e subscrever Ações com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e dos resultados da Companhia alinhando o benefício financeiro a ser obtido pelo Outorgado às Metas Anuais, conforme aplicáveis; (b) alinhar os interesses dos Outorgados aos acionistas da Companhia; (c) possibilitar à Companhia manter, no longo prazo, a ela vinculada ou às Subsidiárias, os Outorgados; e (d) incentivar a criação de valor de longo prazo à Companhia.

As opções podem ser outorgadas, inclusive as decorrentes da migração, até o limite máximo de 2% (dois por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano. Se qualquer opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações vinculadas a tais opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas. Poderão ser eleitos como outorgados os administradores e empregados da Companhia ou de suas Subsidiárias que sejam considerados executivos-chave, ficando todos eles sujeitos à aprovação do Comitê.

Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Dividendos e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, será registrada quando do seu efetivo pagamento. Eventual dividendo pago superior ao dividendo mínimo obrigatório está na linha de "dividendos adicionais propostos" no patrimônio líquido.

Receita na venda de produtos e serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O CPC 47 / IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das vendas de produtos (livros, publicações, conteúdos de assinaturas), e também nas vendas de serviços (cursos de ensino superior presencial, ensino superior a distância, e educação básica):

a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando (ou à medida que) satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ou ao longo do contrato. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica "Adiantamentos de clientes" e reconhecidos na entrega do material.

b) Venda de serviços

A receita da Companhia consiste principalmente na prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação) e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: (i) a existência de um contrato válido e assinado; (ii) o valor dos serviços é facilmente identificável e, (iii) é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. São cobradas seis mensalidades a cada semestre, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e contratuais, no final do semestre letivo.

Os alunos FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que possuem contratos financiados no âmbito desse programa governamental, necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação). A Companhia realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente. Adicionalmente, o aluno assina um contrato de prestação de serviços educacionais com a Instituição Educacional (universidade ou faculdade) e, em caso de inadimplência, esta pode efetuar a cobrança diretamente ao aluno.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância – EAD, é repassado ao polo parceiro que ministra as aulas tele presenciais um percentual entre 20% e 36%, que varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. O acordo contratual entre as controladas e o polo é uma operação em conjunto e estabelece os

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

direitos das partes integrantes sobre as respectivas receitas e as obrigações pelas respectivas despesas, dessa forma, a receita é reconhecida apenas sobre parcela referente à participação da Companhia e suas controladas. No momento do recebimento da mensalidade do aluno é criado contas a pagar para os polos parceiros.

A receita com prestação de serviços e de educação básica é composta dos cursos de idiomas e cursos preparatórios. Seu reconhecimento é realizado pelo prazo de duração dos mesmos.

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

c) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

No Grupo, esta receita refere-se substancialmente aos contratos de franquia mantidos pela controlada Red Balloon com sua rede de franqueados.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receita de juros sobre mensalidades dos alunos;
- Despesa de juros proveniente de empréstimos e debentures contraídos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Despesas de atualização monetária de contingências e dos passivos assumidos na combinação de negócios;
- Atualização monetária pelas obrigações assumidas nas aquisições de empresas .

As receitas são reconhecidas conforme a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Adicionalmente, são reconhecidas por meio do método de juros efetivos.

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio.

Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, o Grupo mede os ativos com base nos preços de compra e no passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o Negócio determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na demonstração do resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro.

Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis).

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adota estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nestas premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir:

Julgamentos

a) Determinação do período de locação

As controladas da Companhia possuem contratos de locação onde atuam como locatárias dos imóveis que são utilizados para realização das aulas presenciais (relacionados as operações do Ensino Superior). No Ensino Básico, as controladas da Companhia possuem contratos de locação para atuar como locatárias nos armazéns onde ficam alocados os produtos, além de contratos de locação dos equipamentos de computação utilizados nos sistemas de ensino e nas soluções educacionais ("chromebooks"). Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer uma opção de prorrogação. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) só são incluídas no prazo do arrendamento se for razoavelmente certo dessa opção ser exercida (ou o contrato não ser rescindido). Para as locações de prédios, armazéns, equipamentos ou mesmo computadores usados em soluções educacionais, os seguintes fatores normalmente são os mais relevantes:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- d) Se houver penalidades significativas por rescisão (ou não prorrogação), a Companhia está razoavelmente certa de prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- e) Se houver benfeitorias no arrendamento com saldos residuais significativos, a Companhia está razoavelmente certa de estender (ou não rescindir) o arrendamento.
- f) Além disso, a Companhia considera outros fatores, incluindo práticas históricas relacionadas ao uso de categorias específicas de ativos (arrendados ou próprios), bem como a duração histórica dos arrendamentos e os custos necessários para substituir o ativo arrendado.

Estimativas**a) Avaliação da existência de perda por redução ao valor recuperável ("impairment") nos ágios**

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas ("impairment") no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa 2.10 e 17(b). Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

A Companhia revisou suas premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de *impairment* para o ano de 2021. Os novos critérios adotados foram apreciados e aprovados pela Administração, assim como as taxas utilizadas. Os cálculos e o teste de *impairment*, em si, foram elaborados pela administração, seguindo as normativas contábeis.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "*Liability Method*") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 27.

c) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, do Grupo e suas controladas. Adicionalmente o Grupo também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente as combinações de negócios, conforme descrito nas notas 2.15 e 25.5. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para perda esperada de contas a receber

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Conforme descrito na nota explicativa 2.5, a Companhia efetua análises das contas a receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 9 (c).

e) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

f) Estoques – Provisão para obsolescência de estoque

O Grupo adota como critério para provisionamento de obsolescência de estoque o *aging* de produção por tipo de produto e selo, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por esse conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada quanto mais antiga é a data de produção em relação à data base. A Companhia considera o calendário de renovação editorial dos seus produtos para determinar a quantidade de períodos em que os produtos podem sofrer obsolescência, o qual habitualmente ocorre entre o terceiro e quinto ano. Os saldos contábeis registrados em decorrência desta política estão apresentados com maior detalhamento na nota explicativa 10.

g) Reconhecimento de receita

Para determinar o momento em que os cinco critérios para reconhecimento de receita, descritos na nota 2.22, são atingidos, a Administração exerce seu julgamento principalmente para os títulos referentes a alunos com financiamentos como PEP e FIES.

Adicionalmente, para as mensalidades dos cursos de educação à distância – EAD, a Companhia reconhece apenas a receita sobre parcela referente à sua participação.

h) Alocação de preço de aquisição – Combinação de negócios e tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição de participação remanescentes de não controladores

Durante o processo de alocação do preço de aquisição em uma combinação de negócios, a administração utiliza premissas (taxa de crescimento, projeções, taxa de desconto, vida útil, entre outros) as quais envolvem um nível significativo de estimativas e julgamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a despesa da Companhia com a locação dos imóveis incluindo despesas com condomínio utilizados em nossa operação foi da ordem de R\$565,6 milhões.

Dada a adoção ao IFRS 16 durante o ano de 2019, a Companhia informa que não possui arrendamentos mercantis operacionais que não apareçam em nosso balanço patrimonial, exceto por aqueles fora do escopo da nova norma, os quais são relacionados a ativos de curto prazo e/ou baixo valor, que totalizaram para o período R\$ 60.171 milhões, conforme apresentado na nota explicativa 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista em que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iv. contratos de construção não terminada

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de construção não terminada.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de recebimentos futuros de financiamento.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os nossos Diretores informam que não detemos outros itens que não estejam registrados nas nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

• ***Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos***

Com a aplicação da norma contábil de arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16), a partir de 01 de janeiro de 2019, houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia decorrente dos arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), os quais mantiveram o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo IFRS 16 / CPC 16 (R2).

(b) natureza e o propósito da operação

A Companhia e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de equipamentos e imóveis, onde estão localizadas suas instituições de ensino superior (Graduação e Pós Graduação), além das escolas de idiomas. Após a aplicação da norma contábil de arrendamento mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16) em 1º de janeiro de 2019, tais compromissos passaram a ser registrados no balanço patrimonial da Companhia, exceto os de curto prazo e baixo valor, que permaneceram sendo alocados às despesas de arrendamentos no resultado, conforme explicação apresentada no item 10.7 (a), visto que tais compromissos não eram aplicáveis a norma contábil. Além disso, ressaltamos que o seu reconhecimento contábil é registrado no mês de competência.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os arrendamentos mercantis fora do escopo da nova norma, relacionados a ativos de curto prazo e/ou baixo valor, totalizaram R\$ 60.171 milhões, conforme apresentado na nota explicativa 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2018, a Companhia seguiu com a implementação de seu plano de crescimento iniciado em anos anteriores. No Ensino Superior, foram adicionadas 20 novas unidades no Ensino Presencial, adquiridas 6 instituições regionais e credenciadas mais 12 unidades pelo MEC, que já estão participando do processo de captação em 2019. No EAD, foram implementados 200 novos polos apoiando o crescimento da Companhia e ajudando a expandir a oferta de produtos. Com essas iniciativas, a Cogna aumenta cada vez mais a sua capilaridade e penetração no mercado brasileiro, ofertando uma educação de qualidade alinhada às demandas do mercado de trabalho e transformadora para a vida de milhares de alunos. Na Educação Básica, a Cogna concluiu a aquisição da Somos Educação S.A., controladora do principal grupo de Educação Básica do Brasil, tornando-se uma plataforma completa de educação com atuação relevante em todos os ciclos de educação básica por meio de um portfólio completo e integrado, abrangendo Sistemas de Ensino, Operação de Escolas Próprias, Gestão de Contratos, Vendas de Livros Didáticos e Paradidáticos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Soluções de Conteúdo Core, Soluções de Conteúdo Complementar e Serviços Digitais. Na Educação Básica, a operação consolidada da Companhia terminou o ano com 32 mil alunos distribuídos em 46 escolas próprias, 27 mil alunos distribuídos em 134 unidades da Red Balloon, bem como 1,4 milhão de alunos atendidos por aproximadamente 4 mil escolas associadas utilizando as soluções de sistemas de ensino, livros didáticos e conteúdos diversos.

No exercício social findo em dezembro de 2019, a Companhia adquiriu 3 faculdades na região Norte, alinhada com o plano de expansão no setor de ensino superior da Companhia. Além disso, destinou parte de seus investimentos em projetos de desenvolvimento de conteúdo, de sistemas e de licenças de software que responderam por 58% do total e acompanham a ampliação e maturação de portfólio que o Ensino Superior tem feito nos últimos anos, principalmente com a maturação de cursos nas áreas de Engenharia e Saúde e os novos cursos de EAD Premium, além de toda a renovação de conteúdo para a Educação Básica, outro dispêndio importante foi direcionado ao projeto de ampliações, com obras e benfeitorias nas unidades existentes com o objetivo de melhor prepará-las para o segundo semestre a fim de atender às expectativas dos alunos, além de adaptá-las para a mudança do portfólio de cursos que têm sido implantados.

Durante o ano de 2020, a Companhia revisitou seus percentuais de participação na Saber, derivados dos processos de reestruturação societária, o que ao final do processo, acabou por revisar e alterar sua participação na Saber para 62,04% (anteriormente 60,75%).

Em decorrência do processo de abertura de capital ocorrido na Vasta, a empresa Somos Sistemas de Ensino, anteriormente controlada direta da Cogna, passou a ser controlada direta da Vasta, que por sua vez adquiriu a totalidade das quotas de ação dessa entidade.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de debêntures.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços**(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que tenham influência relevante.